

Uma reforma ortográfica que gera mais exceções das que resolve é uma reforma falhada (Crítica crítica ao AO)

João Guisan Seixas

Professor de Língua Portuguesa e escritor

RESUMO:

Este é um relatório que apresentei à Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura, da Assembleia da República de Portugal, como contributo para os trabalhos do Grupo de Acompanhamento da Aplicação do Acordo Ortográfico, que resolveu contrastar opiniões diferentes acerca do tema. O meu trabalho está, por isso, configurado segundo os 5 itens prefixados por dito Grupo a fim de poder comparar melhor os argumentos de uns e outros. É uma crítica ao Acordo Ortográfico de 1990 (AO, projecto para unificar a norma brasileira com a do resto da Lusofonia que está em discussão em Portugal) baseada na sua insuficiência como acordo, ao manter importantes divergências em formas muito frequentes, mas sobretudo na sua ineficácia como norma ortográfica, visto que sacrifica informação fonológica e semântica disponível na norma actual, levado por uma queda foneticista que, doutra parte, afastaria a língua portuguesa das suas raízes latinas e do convívio com as outras línguas ocidentais que formam cultismos com a mesma base, a sacrificar traços fundamentais da própria da língua em aras de uns objectivos secundários (como a possibilidade de contar com um padrão único nos organismos internacional) que dificilmente poderia cumprir, aliás, dado que as diferenças ortográficas são uma parte irrelevante das diferenças linguísticas entre o português do Brasil e o do resto do mundo, e a existência dos dois padrões não se elimina com uma maquilhagem ortográfica (ainda em cima insuficiente, considerada a proporção assustadora de "grafias duplas" a respeito do total de mudanças introduzidas). Tendo sido sempre contrário a ele, nunca até hoje, porém, tomei a pena para o combater, convicto de que o próprio tamanho do disparate faria com que nunca se tornasse efectivo. A minha preguiça foi punida e o AO incrivelmente continua para a frente. Esta é uma "crítica crítica", não só porque foi feita com pressa para ser entregue em tempo, mas também porque acho que estamos a chegar, igualmente, ao limite do prazo para poder parar o AO. E é ainda uma "crítica às críticas à crítica ao AO", vistos os argumentos demagógicos e desqualificações "ad hominem" a que se costuma reduzir o debate. Como não se trata de um estudo, mas de um texto discursivo dirigido à sociedade em geral, não se empregam transcrições fonéticas nem signos especiais, nem aparato bibliográfico, e a terminologia só pretende ser o mais clara possível e não o mais exacta possível.

An orthography reform that creates more exceptions than the ones it solves is a failed reform

(Critical critique to the OA)

ABSTRACT:

This is a report I submitted to the Education, Science and Culture Parliamentary Commission of the Portuguese Assembly of the Republic as a contribution to the works carried forward by the Orthographic Agreement Implementation Monitoring Team, which decided to contrast different points of view about this issue. Thus my work is shaped according to the 5 items fixed by the aforementioned Team in order to be able to compare the arguments from both sides in a better way. This paper is a critique of the Orthographic Agreement of 1990 (OA, a project to unify the Brazilian spelling rules to the ones used by the rest of the Lusosphere, now under discussion in Portugal) and it is based on its insufficiency as an agreement since it has preserved divergent spellings in very usual

forms but, above all, it is based on its ineffectiveness as a spelling rule: it sacrifices phonological and semantic information available in the present rule, led by a trend for phoneticism which would shift the Portuguese Language away from its Latin roots as well as from the community of the other western languages which form learned words with the same base; and this would mean sacrificing some key features of the language itself to secondary targets (such as the possibility to have just one standard in international organizations), which could be hard to reach, by the way, considering that orthographic differences are a negligible part of the linguistic differences between Brazilian Portuguese and Portuguese from the rest of the world, and the existence of two standards cannot be erased by an orthographic make-up which, on top of that, is not even enough, seeing the impressive rate of "double spellings" in the whole changes brought in. Having been contrary to OA for a long time, I had never, however, dropped a line to fight it, convinced that the magnitude of such nonsense would never come into force. My laziness has been punished and the OA, unbelievably, keeps its course. This is a "critical critique", not only because it was done in a hurry to submit it on time, but also because we are arriving, in the same way, at the deadline for us to stop the OA. And that is, in addition, a "critique of critiques of the critique of the OA", regarding the demagogic arguments and "ad hominem" discrediting this debate is usually reduced to. Because this is not a study, but a general text addressed to society in general, neither phonetic transcriptions, nor special symbols or continuous bibliographic references are used, and the terminology only hopes to be the clearest, not the most accurate.

KEY WORDS: Portuguese Language- Orthographic Agreement of 1990- Brazilian standard vs rest of the Lusosphere's standard- Speech and spelling relations- Latinity- Power relations and cultural relations in Lusosphere

1. Enquadramento da matéria

Antes de mais esclarecer que o tal Acordo Ortográfico (AO) é antes uma reforma ortográfica não declarada (visto haver aspectos em que muda quer para a norma lusitana quer para a brasileira) e com tal deve ser enfrentado. Uma reforma em que prevalecem os critérios populacionais (usos maioritários) e foneticistas (adequação à pronúncia) sobre os critérios históricos (etimológicos e não só) e sobretudo de coerência interna, o que representa uma involução contrária à melhor tradição da linguística portuguesa e brasileira, por não dizer da romanística em geral. A norma linguística capaz de unificar graficamente pronúncias diferentes nem sempre (por não dizer "nunca") é aquela que representa a pronúncia maioritária, mas aquela mais abrangente, aquela que é capaz de representar mais pronúncias, a forma escrita que possa ser realizada de mais formas foneticamente diferentes sem perda da unicidade gráfica. Condições ambas que o AO não cumpre.

2. Objectivos

Há um outro esclarecimento importante, a este respeito. O AO visa unificar os usos linguísticos além e aquém Atlântico. Ora não se deve confundir uma reforma ortográfica com uma unificação linguística. Com AO ou sem AO vai continuar a haver uma norma "lusitana" (preferiria dizer "lusófona" ou "lusófona internacional" por ser usada em todos os países de língua portuguesa excepto o Brasil) e uma norma brasileira. As principais diferenças entre o português do Brasil e o do resto do mundo não consistem na pronúncia ou não de umas dadas consoantes nos chamados "grupos cultos" ("pt", "ct", etc.), mas aquelas que dizem respeito da colocação e uso dos pronomes átonos, as formas de tratamento, as divergências lexicais em muitas áreas (calcule-se só no desporto e nos meios de transporte), grande quantidade de

modismos, fraseologia etc. Com ou sem AO vai continuar a haver um português do Brasil e outro português do resto do mundo. Isto tem muito a ver com o seguinte ponto.

3. Pretensas vantagens

3.1. Ia facilitar o uso do português nos organismos internacionais

A principal vantagem da implementação do AO era que, graças a ele, segundo se dizia, se iam vencer os obstáculos que se colocavam na hora de utilizar a língua portuguesa nalgumas instituições internacionais. Ora isto deve conferir-se com o dito no ponto anterior. Continuará a colocar-se a questão de "em que variedade de português se devem redigir os textos". Suponho que as Nações Unidas não se importam se "objecto" leva "c" ou não, e que a pergunta é: "Qual dos dois portugueses utilizar?". E essa questão vai continuar aí porque o que importa não é norma ortográfica, mas a norma linguística, e normas linguísticas vai continuar a haver duas. Já na própria Declaração Universal dos Direitos Humanos, teria que se decidir entre dizer "Todo o indivíduo tem direito à vida" e "Toda a pessoa tem direito de livremente circular", ou "Todo indivíduo" e "Toda pessoa". A FIFA, por exemplo, entre dizer "Copa do Mundo" ou "Taça do Mundo" já escolheu a primeira forma, e é compreensível. Mas depois do AO não vai mudar para a "Taça do Mundo" nem para "Coça do Mundo" ou "Tapa do Mundo". Por não dizer que vai continuar a haver divergências mesmo ortográficas (na acentuação de "e" e "o" seguidas de nasal, por exemplo: "António" e "Antônio"), e o organismo vai ter que continuar a escolher entre uma e outra. Se o que se pretende é, sob o disfarce da pseudo-unificação ortográfica, que o resto dos falantes de português do mundo passem a escrever e falar exactamente igual que os brasileiros, que se diga. Por que, se não, não se sabe muito bem o que adianta o enorme incómodo e confusão que provoca o acordo ortográfico que se pretende impor.

Eu não acredito, porém, que o autêntico empecilho para o uso do português nos organismos internacionais seja a existência de duas normas linguísticas. No meu processador de texto, na ferramenta de correcção ortográfica, encontro 5 normas diferentes de alemão, 16 de árabe, 5 de chinês, 21 de espanhol, 15 de francês e 18 de inglês, línguas todas que têm as portas abertas em muitos organismos internacionais em que o português não as tem. De português só aparecem duas. É esse realmente o problema? (Para além de que, como dizíamos acima, vão ter de continuar a aparecer). Acho que não. As diferenças entre o inglês europeu e o americano não representam nenhum senão na hora da sua utilização nos organismos internacionais. A existência de duas normas no português será antes um alibi do que uma causa para lhe impedir a entrada. O problema, receio, é mais político do que linguístico, e baseia-se na falta de interesse ou na incapacidade de todos os países lusófonos de se unirem para exigir com uma só voz, ainda que seja com duas escritas levemente diferentes, o uso da 5ª língua internacional do planeta em todos esses organismos. Se a Lusofonia tivesse o peso político, e sobretudo económico, da Anglofonia ou a Francofonia, ninguém colocava a questão das normas.

3.2. Ia facilitar a difusão de produtos culturais

Outra vantagem era a de favorecer a difusão de livros e autores de norma lusitana no Brasil, e de brasileiros no resto dos países de língua portuguesa. Isto último penso que já vinha acontecendo sem prejuízo da norma utilizada. E quanto à difusão de livros no Brasil que não sigam à risca os usos e costumes brasileiros, permitam-me que duvide. Eu conheci um brasileiro que dizia que, quando abria um livro escrito à portuguesa, mal chegava à primeira ocorrência da palavra "facto" deixava de entender o que ali estava escrito e largava o livro. Como, mesmo depois do AO, os autores não brasileiros vão continuar a escrever "facto", acho que este senhor (e como ele milhões de brasileiros) vão continuar a largar os livros "de facto". Penso que, como em tantas outras coisas, estamos a pôr o carro antes dos bois. Deveríamos mudar antes essas atitudes do que mudar uma só letra das respectivas normativas. Depois de alguns anos de trocas culturais e usos normalizados das produções de uns nos territórios dos outros (e aqui, ainda que não seja politicamente correcto, devo dizer que o défice aparece nomeadamente do lado brasileiro) acho que íamos estar em muito melhores condições para chegarmos a uma autêntica unificação ortográfica (sobre a precariedade desta pretensa unificação insistirei mais para a frente).

Costuma-se contrapor o feito descontraído, tolerante e elástico dos brasileiros face o carácter muito mais formal, rígido e inflexível dos portugueses. E embora isto possa ser verdade em 99% das ocasiões, no que diz respeito à tolerância face as normas linguísticas do outro, acontece radicalmente o contrário. Não consigo perceber, agora que se pretende implementar a aprendizagem do castelhano em todo o ensino brasileiro, por que os brasileiros podem assimilar que em castelhano se escreva "proyectar" e se pronuncie "proyetar", mas não estejam dispostos a fazer esse ingente esforço mental quando se trata de "projectar" internacionalmente a sua própria língua, considerando que embora esse "c" para eles resulte mudo e desnecessário, é necessário para a unidade da língua, pois na pronúncia do resto "soa" na abertura do "e" anterior. Exemplo que nos leva directamente para o ponto seguinte:

3.3. Vai facilitar o acesso à incultura

Outro argumento que se esgrime é precisamente a facilidade para o ensino. Aí teria que discordar já com o princípio pedagógico. Devemos ensinar os nossos alunos a vencer as dificuldades. Se eliminarmos as dificuldades, o que vão eles aprender? O que é melhor, colocar tapetes rolantes ou pistas de atletismo (e mesmo alguns obstáculos nelas) para que conseguir que os seus corpos se desenvolvam? E por que o que vale para os corpos não vale para as mentes? Facilite-se a matéria de conhecimento, em vez de facilitar o acesso ao conhecimento, e obter-se-ão mentes fracas e elementares. Em muitos países introduz-se o xadrez nas escolas para ajudar a formar o raciocínio abstracto. A seguir o critério dos defensores do AO, era melhor em vez de xadrez jogarem damas. Lembra-me também uma piscina municipal, cá da minha terra, em que era muito difícil arranjar uma hora para ir nadar porque estava o dia todo ocupada por cursos de natação. E eu perguntava-me: que adianta aprender a nadar nessa piscina, se depois a gente não vai poder nadar nessa piscina? Na mesma, não pode orientar-se a forma da língua em função do ensino, mas exactamente o contrário. Dar facilidades para o ensino é dar facilidades para nada aprender. Assimilar que uma mesma letra em diferentes contextos pode soar de formas diferentes (e mesmo soar ou não soar), é ginástica mental necessaríssima para poder dominar uma língua em muitos outros aspectos e em nuances mais subtis. A língua escrita é precisamente o único instrumento que nos permite manejar as subtilezas das coisas. Assimilar que uma mesma palavra possa ser pronunciada de forma diferente em várias partes do mundo, é ginástica mental necessaríssima para entender o mundo. Comicamente, os autores do AO argumentam que não se pode exigir a uma criança de 6 ou 7 anos que entenda por que deve escrever de forma diferente "excepção" com "p" e "direcção" com "c", quando ela realmente pronuncia sempre a mesma terminação "-eção". E é claro que não lho podemos exigir. Mas que não lhe possamos exigir que o entenda, não quer dizer que não devamos tentar que o entenda. Se a língua devesse acomodar-se à capacidade intelectual de uma criança de 6 ou 7 anos, teríamos que empobrecê-la consideravelmente. Talvez o mais saudável seria não pretender que uma criança de 6 ou 7 anos utilize no seu dia-a-dia palavras como "perspectiva" ou "anti-séptico". Ora ensinando-lhes a escrever "direcção" estamos a ensinar-lhes muitas mais coisas do que a colocar um "c" entre o "e" e o "ç". Estamos a ensinar-lhes que dois sistemas sémicos, como a fala e a escrita, podem relacionar-se de uma forma que não tem por que ser estritamente biunívoca, ou com um conjunto de correspondências que por vezes pode ser linear e por vezes não linear, e que essa característica vai mudando em função do contexto (e aí pode entender a importância do contexto, tão vital para entender outros aspectos da língua). Estamos a criar cérebros muito mais versáteis e elásticos. Estamos a ensinar-lhes também que, embora eles não precisem para nada desse "c", devem escrevê-lo porque outras pessoas da sua mesma língua precisam dele para poder representar essa palavra correctamente pronunciada à maneira deles, sem terem que ir pesquisar a sua etimologia. Estamos a ensinar-lhes a não ser etnocéntricos. Conseguimos que se tornem conscientes de que pertencem a uma cultura mais larga, a latina, que tem raízes na Roma e na Grécia antiga, nos lugares e culturas que inventaram o alfabeto e democracia, ou ainda a outro grupo maior de línguas e culturas que utilizam o alfabeto latino ou que constroem os seus cultismos e neologismos com bases greco-latinas, e ainda ao conjunto ainda maior de todas as línguas e culturas que têm que sacrificar sempre algumas partes das suas idiossincrasias para chegar a um entendimento comum, a uma cultura universal. Se calhar é precisamente esse "c" mudo de "direcção" o que nos fornece as mais importantes

informações de todas as letras da palavra. Insisto em que não entendo por que os estudantes brasileiros podem aprender que em castelhano se escreve "proyectar" com "c" mas pronuncia-se "proyetar" sem "c", mas não podem assimilar uma coisa assim quando referida à sua própria língua.

Se essas "decoerências"¹ entre língua e escrita vão colocar tantos problemas aos alunos de língua portuguesa, quantas não iriam provocar aos de língua inglesa as muito mais abundantes no seu sistema gráfico? E contudo, conseguem aprendê-lo no mesmo tempo e mesmo com maiores níveis de sucesso.

O foneticismo (a ilusão de correlação biunívoca entre fala e escrita) na própria língua, gera, aliás, problemas na hora de aprender a falar uma língua diferente. E mais uma vez é em contextos como o brasileiro ou o espanhol (que noutros aspectos da sua ortografia, fora o caso das consoantes mudas², é bastante foneticista) em que se privilegia essa falsa e impossível identificação entre escrita e pronúncia, aquelas em que as pessoas têm mais dificuldades para falar outras línguas. Precisamente essa aderência entre fonemas e grafemas é que os impede de sair dos rígidos esquemas de relação relações gráfico-sonoras da própria língua e assimilar sem choque cultural o conjunto de equivalências da nova língua.

Penso que não é por acaso que os portugueses consigam, em regra, pronunciar melhor línguas estrangeiras do que brasileiros e espanhóis. Influi também a dobragem ou não de filmes, sem dúvida. Mas pode também que aconteça um pouco ao contrário. Não deve ser por acaso, também, que nesses contextos em que se utilizam sistemas gráficos mais foneticistas, como no espanhol e o brasileiro, seja precisamente onde é preciso dobrar os filmes. Porque são culturas onde a escrita está mais escravizada à fala, e a cérebros habituados a essa escravidão lhes resulta mais difícil dissociar uma e outra e processá-las de forma independente mas interrelacionada.

Paradoxalmente (para o ponto de vista pró-AO), por via de regra também, os estudantes brasileiros dão mais erros de ortografia que os estudantes portugueses. Com o que se demonstra que facilitar as coisas não é melhor maneira de aprender as coisas. O que adquirem é, em resumo, a ilusão de que a língua escrita reproduz a falada, e então não conseguem independizar uma da outra, e escrevem "cem compromisso" porque afinal "cem" soa igual que "sem". Eles acabam por realizar o mesmo raciocínio dos defensores do AO a respeito das terminações de "excepção" e "direcção": se "sem" e "cem" se pronunciam igual, por que escrever diferente?

4. Inconvenientes e problemas.

Quanto a eles, vou dividi-los em

4.1. Linguísticos

4.1.1. Um reforma ortográfica não pode gerar mais exceções das que resolve. Se a nova ortografia implicar mais exceções do que a antiga, para que mudar de ortografia?

Sem dúvida a parte mais conflituosa do AO é a relativa à consoantes ditas "mudas" dos conhecidos como "grupos cultos" ("ct", "pt", "cc", "pc"). Se não fossem elas eu não me dava ao trabalho de escrever tudo isto.

¹ Tomo o termo emprestado, de uma forma um tanto livre, do vocabulário da Física Quântica, para descrever uma relação entre dois fenómenos concomitantes que não são nem perfeitamente coerentes nem perfeitamente incoerentes, mas têm de transitar, necessária e constantemente, de uma coisa para a outra.

² Não coloco aspas, como vou fazer quando referido à língua portuguesa, porque no espanhol realmente o são, dado que carecem de qualquer rendimento fonológico ao não haver distinção entre vogais abertas e fechadas. A pronúncia ou não delas, em castelhano, é uma questão de prestígio social apenas. Por isso resulta mais curioso que os brasileiros adoptem sem esforço este "requinte" ortográfico quando escrevem em espanhol, mas não possam suportar a sua presença na sua própria língua, embora tenha um rendimento fonológico para o resto dos seus utentes, como explicaremos a seguir

Quando alteramos uma norma, tanto faz agora ortográfica ou doutro género, fá-lo-emos porque a antiga não conseguia dar conta de todos os fenómenos que pretendemos regular e porque a nova resulta mais abrangente e provoca, precisamente, menos excepções à norma. Podíamos coligir daí que uma norma é superior a outra quando gera menos excepções à norma.

Ora, no caso do AO a respeito da norma anterior, acontece exactamente o contrário.

A língua escrita não tem por que (e também não pode) reproduzir de forma literal a língua falada. Tem é de ser compatível com ela. Não tem por que ser paralela, mas não pode entrar em confronto. Quando a língua falada faz uma inflexão a língua escrita não tem por que fazer a mesma inflexão, mas deve fazer uma inflexão. Uma reforma ortográfica tem sentido quando a nova norma representa de forma mais completa todas as particularidades e meandros da língua.

Isto pode parecer contradizer anteriores protestos contra o "foneticismo". A questão radica em que o conjunto de equivalências entre fala e escrita não tem por que produzir-se fonema a fonema e letra a letra (precisaríamos um complexo alfabeto fonético para isso, e denominamos portanto "foneticismo" à pretensão ilusória de que a língua escrita possa funcionar como um alfabeto fonético). Essas equivalências verificam-se normalmente (pelo menos nas línguas românicas) sílaba a sílaba (sabemos, de forma automática, que devemos pronunciar de uma forma diferente "ce" e "ca"), mas noutras ocasiões podemos precisar de um contexto mais amplo, que nunca deveria, em todo o caso, superar a fronteira da palavra³.

O importante é que a língua escrita repercute na sua forma as inflexões significativas que se verificam no processo da fala, não de forma linear nem biunívoca (como se pretende nas grafias foneticistas) mas de uma forma complexa e dialéctica, pois a língua escrita deve ser capaz de executar também categorizações (relacionar por exemplo famílias lexicais) que a língua falada, na sua evolução, porventura pode ter deixado de fazer (fazemos, por exemplo, a diferença entre "concerto" e "conserto" na escrita, o que não fazemos na fala). A língua escrita tem os seus próprios meandros, como também os tem a língua falada. O escopo de uma norma escrita não é que todos os seus meandros coincidam com os da fala, mas que todos os da fala (todos os significativos a nível fonológico) coincidam com algum dos da escrita. Isto nunca se consegue a 100%. Mas quanto mais se aproximar uma norma escrita a esse ideal, melhor norma será.

Um desses meandros da língua é a redução das vogais átonas na pronúncia do português europeu. Diz-se, só com um pouco de exagero, que o português europeu é a única variedade linguística do Universo em que a expressão "parte meteorológico" pode ser pronunciada com apenas duas sílabas: "part mtrlojc"

Ora, essa tendência geral para relaxar, fechar, articular pobremente ou não pronunciar mesmo (essa tendência, podíamos dizer, para "desvocalizar") o vocalismo átono, vê-se neutralizada, em ocasiões, por outros fenómenos decorrentes do contexto. Não pronunciamos de igual modo o "o" de "somente" que o de "somaram" por exemplo. Antigamente isso marcou-se com um acento ("sòmente"), mas tirou-se porque não era realmente necessário. Não precisamos marcar as coisas letra por letra. Temos, em troca, uma norma de pronúncia invisível, mas igual de efectiva que o acento gráfico: nos advérbios acabados em "mente", a parte anterior mantém a abertura da vogal tónica da palavra de que deriva. Assim sabemos também que o "a" de "facilmente" é igual ao de "fácil", mas não ao primeiro de "facilidade". O mesmo acontece quando empregamos o sufixo "-zinho" (o "o" de "sozinho" não é igual ao de "sobrinho"), etc.

Temos portanto uma norma geral: «as vogais átonas tendem para ser reduzidas», com uma série de subnormas: «quando sufixadas por meio de "-mente" e "-zinho", mantêm a abertura». Há quem chame estas subnormas de excepções. "Excepções à norma da redução do vocalismo átono" lemos nalgumas gramáticas, mas na verdade só deveríamos considerar "excepções" aquelas formas que fogem a qualquer regra. Formas que estão, por assim dizer "fora da lei", que não seguem nenhuma lei. As que acabámos de ver seguem uma norma, só que é uma norma complexa, que podíamos mesmo definir num regra só, sem

³ O que também não cumpre o AO. Veja-se, mais para a frente o exemplo dos dois corretores ambíguos.

necessidade de subnormas: «todas as vogais átonas que não fazem parte de palavras sufixadas por meio de "-mente" e "-zinho", tendem para se reduzir».

Claro que essa norma, assim escrita, resultaria incompleta. Porque há outros casos em que as vogais átonas não são reduzidas. E um deles é quando as seguem os grupos consonânticos acima referidos ("ct" etc.). Estes grupos são estranhos à língua, e só aparecem nas palavras cultas, de entrada recente, formadas a partir de raízes latinas. Na língua portuguesa uma sílaba só pode acabar com as consoantes "s", "m", "n", "l", "r" e "z". Nas formas patrimoniais o "c" de "ct", por exemplo, foi vocalizado (compare-se "noite" e "noctâmbulo"), mas nas formas cultas em que o "c" (ou o "p") se mantém, a vogal anterior abre-se, com independência de o "c" ou o "p" se pronunciar de facto ou não.

Assim, deveríamos acrescentar à norma anterior «todas as vogais átonas que não fazem parte de palavras sufixadas por meio de "-mente" e "-zinho", nem de sílabas acabadas em "c", "p", tendem para se reduzir» (Na verdade deveríamos acrescentar mais coisas: não nasalizadas, que não iniciem palavra, etc.)

Bom, isso era antes do AO. Depois do AO, essas consoantes deixam de se escrever quando não pronunciadas e então ficam, no meio de uma palavra, vogais átonas que não são nasais, que não fazem parte de advérbios acabados em "-mente" nem de diminutivos acabados em "-zinho", e que, contudo, não se reduzem, mas antes pelo contrário são abertas, sem que se saiba muito bem por quê.

Sem que saiba muito bem por quê, ou sem que se queira saber por quê. Porque todos sabemos o porquê: porque são palavras que alguma vez se escreveram com "c" ou com "p".

No ano 2010 assisti a uns encontros para professores organizado pelo Instituto Camões para falar acerca do AO. Um dos linguistas intervenientes (naturalmente favorável ao AO), ao tratar deste assunto, tentou mesmo negar que houvesse relação alguma entre a presença dessas consoantes no final da sílaba e a abertura da vogal anterior, aduzindo que não se conhecia mecanismo fonológico algum pelo qual o "c" ou o "p" pudessem abrir um "a", um "e" ou um "o". Então, como não se conhecia o tal mecanismo, todas essas palavras passavam a ser "excepções" "puras e duras". O que antes podia ser facilmente compreendido como uma norma (ou parte de uma norma) de "recta escrita", ou de "recta pronúncia", agora passava a ser substituído por listagens de palavras em que uma das vogais átonas, por acaso, não se reduz mas abre.

Já existiam algumas palavras que parecem fugir a toda a regra. Algumas são irredutíveis, como, o "a" de "relator"⁴ ou de "invasor", mas são muito poucas. Outras como o "o" de "corar" ou o "a" de "caveira" têm uma fácil explicação histórica⁵ mas como nas modas linguísticas dos 60's e 70's a gramática histórica está muito mal vista, pois entram também no grupo de fenómenos cuja explicação "não queremos" conhecer.

Porque quando ouvi naquela palestra dizer que ninguém tinha conseguido estabelecer o mecanismo pelo qual aquelas consoantes abriam aquelas vogais, fiquei estupefacto. Como? Àqueles senhores tão sábios,

⁴ Bom, mesmo aqui não sei se haverá gato (com rabo de "c"). Um "c" por analogia com a grande quantidade (e a frequência) de palavras terminadas em "-actor" (actor, reactor, factor, infractor....). Talvez a pronúncia que acabou por vingar foi a de pessoas que julgavam que se escrevia "relactor", igual que acontece com "inflação" cujo primeiro "a" é aberto porque muitas pessoas acham que se escreve "inflacção" por analogia com "acção", "reacção", "abstracção", etc. Um belo exemplo, já agora, de como o "c" abre a vogal anterior, mesmo quando não existe!

⁵ Provêm de palavras latinas com dois ós ou dois ás, "colorare" e "calavaria", que ficam em contacto por queda do "l" intervocálico e contraem. Ao que é preciso unir, pelo menos em "corar" a colisão, caso o "o" fosse reduzido, com o verbo "curar". No caso de "caveira" pode que a abertura por causas históricas se mantivesse para evitar relacionar o termo com a família de "cavar", dentro do que podíamos denominar de "fonologia difusa". Uma interacção entre fenómenos diacrónicos (históricos) e sincrónicos (relações contemporâneas) que, a miopia das escolásticas que só atendem ou a fenómenos históricos ou a fenómenos sincrónicos nunca poderia apreciar.

que se consideravam na posição de poderem mudar escritas com milhares de anos de história e milhões de utentes, não lhes ocorria por que o "e" que vai antes do "c" em "perspectiva", não se reduz igual que o "e" que vai depois do "f" de "diferente"? Eu penso que até a uma criança de cinco anos lhe ocorreria. Basta pronunciarmos primeiro "dif'rente" e a seguir tentarmos pronunciar "persp'ctiva"!

Não sei se a sequência "rspct" pode ser pronunciada nalgum idioma do Universo. Em nenhuma língua românica, pelo menos, podem pronunciar-se três consoantes oclusivas sem nenhuma vogal no meio⁶. Então, precisamente porque a tendência da língua é para reduzir as vogais tónicas, para o evitar, a língua (e aqui resulta maravilhosamente esclarecedora essa confusão das línguas latinas entre "língua" sistema de comunicação, e "língua" órgão de fonação) tem de fazer um movimento em sentido contrário e abre a vogal precedente, porque uma vogal aberta não pode ser reduzida.

Claro que, como os princípios de economia linguística também se aplicam à fonação, como esse "c" tão incómodo já se pronuncia na realização aberta do "e", então, para que vamos pronunciar-lo? Todos esses cês e pês ditos mudos, não são tão mudos. Falam-nos claramente pela boca aberta da vogal que os procede. Vamos insistir: o que se pronuncia de uma dada maneira não é uma letra, é uma sequência de letras. Em posição átona a sequência "ect" tem a vogal aberta, e a sequência "et" reduzida. Se tirarmos o "c" da primeira, ficamos sem regra, e essa palavra passa a ser uma excepção sem explicação nem justificação. É bem certo que não há pior cego do que aquele que não quer ver.

A reduzidíssima lista de autênticas excepções de que falámos acima, ver-se-ia incrementada, então, de forma assustadora. Pode-se pensar que as palavras afectadas são poucas, a respeito do Corpus completo da língua, das palavras todas do dicionário. Mas, quantas palavras do dicionário utilizamos realmente? Dentro do Corpus de palavras de uso frequente são realmente significativas, pois muitas delas são daquelas que utilizamos de forma constante.

O salto não é, porém, tanto quantitativo, como qualitativo. O português deixa de ser considerado como o francês, o espanhol, o italiano, como todas as línguas românicas (e não só), uma língua cujo registo escrito se relaciona com o registo falado por meio de uma série de regras de pronúncia em que cabem muito poucas excepções; para ser tratada, numa parte significativa do seu corpus de uso mais frequente, como se fosse o inglês. Quer dizer, uma língua em que temos que ir aprendendo a pronúncia das palavras uma por uma.

Eu sou professor de Português Língua Estrangeira. No ano passado dava ao meus alunos, logo no início do primeiro ano, umas simples normas de leitura, umas regras elementares que relacionam a forma escrita e a realização oral do português europeu, e já não voltava a insistir no assunto nos 4 anos do curso. É uma coisa maravilhosa que se pode fazer em francês, em espanhol, em italiano... em todas as línguas românicas, mas não em inglês, por exemplo.

Entre essas normas estava: "Todo o "a", "e" e "o" átonos são reduzidos, excepto quando vão seguidos de "c" ou "p" com que formem sílaba". Graças a isso podíamos centrar-nos no timbre do vocalismo tónico que é onde a casuística é muito mais complexa.

⁶ Nem também uma não oclusiva seguida de duas oclusivas sem vogal no meio, com a excepção de que a primeira das consoantes tivesse algum "valor vocal", como acontece com as sibilantes (que podem constituir de facto sílaba) e também das consoantes nasais finais ("m" e "n"), mas uma consoante nasal final, na pronúncia de quase toda a lusofonia, não é bem uma consoante, mas antes uma marca de nasalização da vogal precedente. Não temos então três consoantes "em choque", mas uma vogal nasal seguida de duas consoantes

Agora deveria dizer, o quê? «Todo o "a", "e" e "o" átonos são reduzidos, excepto em "ab-reação", "ab-reactivo", "abatista", "abjeção", "abjecionista". "abjeto"⁷, "abstração"...» e assim por diante até chegarmos, quinze meses depois, a "zooeletricidade"?

Como vou explicar eu aos meus alunos por que na palavra "recessão" o segundo "e" é reduzido enquanto em "receção" é aberto (e sobre tudo por que o primeiro "e" desta última palavra é reduzido, enquanto o segundo é aberto), ou que a sequência "pet" em "espetada" se pronuncia de forma diferente que em "espetáculo"? Agora, como dizia aquele teórico do AO, isso constitui um mistério insondável. Teria que mandar decorar aos meus alunos listas intermináveis de palavras? Não, eu vou dizer para os meus alunos: a vogal anterior é aberta nas palavras que antes tinham "c" ou "p"!

Estão a ver, esse "c" ou "p" que antes se dizia mudo, não era. Esse "c" ou "p" que agora se julga morto, ressuscita.

Sei que os defensores do AO me diriam: e eles porque é que vão saber que essa palavra se escrevia com "c" ou "p"? Os meus alunos são maioritariamente espanhóis, e sabem que em espanhol se escreve "espectacular", por exemplo, embora muito provavelmente eles próprios não pronunciem esse "c". Mas mesmo aqueles que são de outras procedências, costumam conhecer o inglês, o espanhol, ou ambos. E então eles têm curiosamente uma consciência (isso que denominámos de "fonologia difusa") da família lexical a que pertence a palavra "espectacular" que o AO veda aos próprios lusófonos. Sabem que "espectador" tem a ver com "espectáculo", mas não com "espetar", e que um "espetador" seria em todo o caso uma pessoa que se dedica a fazer espetos, ou que tem a mania de espetar coisas⁸.

Por falar em manias, uma das piores das modas linguísticas do último quartel do século XX (e não só, é uma mania generalizada do pensamento chamado "pós-moderno") consiste em pretender isolar os fenómenos que estuda, quer no tempo (a-historicismo), quer no espaço, como neste caso. Dir-se-ia que as outras línguas não existissem, como se fosse possível, hoje em dia, que qualquer pessoa escolarizada (e se 100% da população não estiver escolarizado, comece-se por escolarizar 100% da população antes de se preocupar pelas normas) ou com acesso à Internet, não tenha visto escrito umas quantas vezes "un actor espectacular" em espanhol, "a spectacular actor" em inglês ou "un acteur spectaculaire" em francês. Queira-se ou não em "um ator espetacular" sempre vai haver dois cês. Dois "cês eliminados", mas vai continuar a haver, na consciência dos utentes, "dois cês que não se escrevem", mas que haver, como as bruxas, há.

⁷ Por lapso incluí aqui um caso de vocalismo tónico. Ia tirar, mas deixei para ter oportunidade de dizer que, embora neste escrito esteja a salientar as consequências do Acordo para o vocalismo átono, já que se trata de um caso em que verifica, com a queda dos cês e pê, uma perda inegável de informação relevante, também se verificaria quando aparecem em sílaba tónica. Só que então íamos ter que entrar numa digressão ainda mais complexa, porquanto do lado do AO se arguiria que a indeterminação do timbre é já uma coisa generalizada em que é preciso conhecer as palavras uma por uma, sem que nada na grafia nos possa elucidar acerca de que o "e" de "completo" é aberto, enquanto o de "soneto" é fechado. E isso é certo, mas não é menos certo que, da impossibilidade de indicar o timbre nesses outros casos, não se tira a conveniência de deixar de o indicar nestes. Que não se possa resolver a dúvida em 100% dos casos não quer dizer que façamos com que não se possa resolver em 0% deles. O mais paradoxal é que, aqui, a perda de informação é igual no português do Brasil que no do resto do mundo. 100% dos casos em que a grafia do Brasil eliminou o "c" em sílaba tónica, a vogal é aberta. Claro que, do ponto de vista dos defensores do Acordo, como aquele palestrante, a razão da abertura de "abjeto" ou "objeto" nada tem a ver com isso e resulta tão indeterminada, pelo menos para os não filólogos, como a de "completo"

⁸ Por falar em "espetar": a "simpatia" (gráfica e fonética) entre "expetar" (expectar, estar expectante) e "espetar" ultrapassa já quase a "fonologia difusa" para entrar em cheio na colisão fonológica pura e dura

Então, por que ter que acudir a esse "c" invisível das outras línguas (que noutras muitas palavras pode não ser tão fácil de evocar) para pronunciar, na abertura da vogal anterior, o "c" decepado do português? A manutenção de uma grafia o mais próxima possível do latim não é um luxo, porque supõe manter uma grafia também mais próxima das outras línguas com que temos que lidar. A opção foneticista do AO não só cria problemas na hora de um aluno lusófono apreender qualquer outra língua que compartilhe essas raízes (no sentido histórico e também no sentido lexicográfico do termo) latinas. Dificulta também a aprendizagem de português por parte de pessoas dessas línguas. E lembremos que uma dessas línguas é o inglês, (porque apesar de não latina é de facto, nomeadamente nas suas formas cultas, uma língua bastante latinizada) e que mesmo pessoas de procedências mais exóticas, como chineses ou japoneses que queiram aprender português, vão ter muito provavelmente a escrita inglesa como referência.

Os defensores do AO, num argumento completamente demagógico, respondem a isso que todas as línguas com "raízes" latinas têm simplificado de forma insolidária alguma dessas formas. Por exemplo, o francês "projet" (inglês "project", espanhol "proyecto", português "projecto") ou o castelhano "objetivo" (inglês "objective", francês "objectif", português "objectivo"). Ora estes casos são realmente irrelevantes, quantitativamente insignificantes e não impedem que na esmagadora maioria das vezes a unidade das raízes latinas se mantenha incólume em todas essas línguas. E mesmo nesses casos, a unidade perde-se a respeito de uma, mas mantém-se a respeito das outras. Também o português, antes do AO, tinha as suas divergências, como "acesso" ou "prática" (inglês "access" e "practice", francês "accès" e "pratique", espanhol "acceso" e "práctica"), precisamente porque nesses casos as vogais se tinham reduzido como se não houvesse "c", e ninguém pretende repor o "c" eliminado, porque neste caso chocaria com a realização fonética.

O argumento não deixa, porém, de ser engraçado: como isto acontece em meia dúzia de casos nalguma das dessas línguas (mas não nas outras), vamos fazer com que aconteça, no português, em mais de mil casos, e a respeito de todas elas! Esperemos que os médicos não mandem decapitar as pessoas, a partir de agora, por padecerem dores de cabeça.

O AO converte o português numa ilha foneticista no meio das principais línguas de cultura internacional, que, não por acaso, mantêm, pelo menos neste aspecto, um critério marcadamente etimologista.

O AO pretende, na sua fúria anti-latinista⁹, abolir a diferença entre formas patrimoniais e formas cultas (acham talvez que essa diferença resulta elitista, quando o elitismo seria em todo o caso pensar que nem todas as pessoas estão capacitadas para escrever correctamente as formas "cultas"). Essa diferença, porém, existe. Palavras como "actual", "perspectiva", "projecto", "nocturno", não são na verdade portuguesas. Como as suas equivalentes inglesas, francesas ou espanholas, todas as formas cultas das línguas do nosso âmbito são na verdade formas "internacionais", que se adoptaram de maneira mais ou menos paralela em todas as línguas ocidentais, e que ultrapassam as fronteiras entre umas e outras.

Na atitude brasileira face a ortografia há por isso, não argumentos linguísticos, mas sim sentimentos anti-europeus, isolacionistas, etnocéntricos e ultra-nacionalistas. O Acordo de 1945 tentou-se num momento politicamente pouco adequado, na época do getulismo, caracterizada, no cultural, por um movimento de o país fechar-se sobre si próprio numa afirmação folclórica do "brasileirismo". Resulta sintomático que o acordo fosse definitivamente revogado no Brasil nos convulsos dias de Outubro de 1955, num dos

⁹ Não é exagero falar em fúria anti-latinista. Chega-se, de facto, a tentar modificar o próprio latim! Uma expressão latina, em qualquer idioma, não faz parte dele, mas do latim, língua em que, graças à queda do Império Romano, ninguém pode mandar hoje em dia. O Acordo pretende estabelecer com uma autoridade infantil, que a expressão latina "motu proprio", por exemplo, deve escrever-se "em português": "moto próprio". O que, considerado como parte da língua portuguesa, nada quer dizer, ou seria em todo o caso "moto própria" ou "mota própria", e teria mais a ver com a posse de um veículo de duas rodas do que com a circunstância de uma pessoa agir por própria iniciativa ou vontade.

últimos actos do pós-getulismo de Café Filho, com o governo em funções, com outro presidente eleito e no meio boatos de movimentos militares e movimentos militares reais.

Naturalmente que a questão da redução do vocalismo átono não afecta a pronúncia brasileira, que ignora o fenómeno, com apenas algumas poucas excepções. Via de regra, as vocais átonas experimentam uma tendência para a abertura quando vão antes da sílaba tónica, e para se fecharem quando depois. Na pronúncia brasileira a sequência "pet" de "espetáculo" e de "espetada" soa exactamente igual: com "e" aberto. Não precisa portanto de "c" nenhum por motivos fonéticos. O que não quer dizer que deixasse de ser conveniente a sua manutenção para manter a unidade da família lexical ("espetáculo", "espetador", "espetacular" de uma parte, "espeto", "espetar", "espetada" da outra. "Espetáculo" ao lado de "espetador" é uma das incoerências internas de que falei depois) e a sua relação com as restantes línguas que compartilham a raiz e o sentido da palavra. Bastava com que houvesse uma norma de "recta pronúncia" que advertisse que essas consoantes não eram pronunciadas, nesses casos. De facto, essas consoantes deixaram de pronunciar-se no tempo em que eram escritas. O que podia acontecer se elas continuassem a ser escritas? Nada, excepto que continuariam a não ser pronunciadas.

A ortografia brasileira está feita à medida da pronúncia brasileira. Assenta "como uma luva". Nela não "cabe" a pronúncia do resto dos países de língua portuguesa. Na norma lusitana sim cabe a pronúncia brasileira. Precisamente pelo que alguns denominariam de "excesso etimologista". Não está feita à medida exacta da pronúncia portuguesa. Não assenta "como uma luva", ou, em todo o caso assenta "como uma luva de forno". Tem uma "folga" em que cabem outras pronúncias.

É curioso, porque noutros muitos aspectos a grafia brasileira faz com efeito inúmeras concessões às pronúncias do resto do mundo lusófono, é preciso reconhecê-lo. Lembro ter achado piada a um reclamo numa banca de jornal na cidade de Natal: "desbloquei o seu celular". Naturalmente, a pronúncia brasileira para nada precisa do "e" final de "desbloqueie". Esse "e" átono final vai ser invariavelmente pronunciado como "i" e funde-se com o "i" anterior. Só faz sentido por coerência com outras formas do mesmo tempo: "desbloqueiem os vossos celulares", mas essa mesma coerência aconselharia manter todos os cês e pês de que estamos a falar.

E não só isso. Na norma brasileira não se escreve "Brasiu", nem "o meis de abriu" (por mais que "Abril" se pronuncie igual que "abriu", do verbo "abrir"), nem "nóis", nem "paiz", nem "mais" em lugar de "mas" (embora seja um erro frequentíssimo). Por quê então negar-se a ter a mesma elasticidade com os cês e pês dos "grupos cultos"? Na verdade não o sei. Não tem lógica nenhuma. É uma bandeira. Adoptou-se como um traço "identitário" naquela altura (a do getulismo e o "Diz que tem" de Carmen Miranda) em que se andava à procura deles, reais ou inventados, naturais ou exagerados. E quando entramos no domínio das bandeiras e os traços identitários entramos em cheio no terreno da mitologia, da demagogia, do mistificação. No terreno do irracional.

Resulta paradoxal que agora se chame de acordo ortográfico o que, no fundo, é uma reforma ortográfica foneticista, e que se chame de "norma portuguesa" o que é realmente o "Acordo Ortográfico de 1945", que não chegou a vigorar no Brasil, mas que tinha sido elaborado conjuntamente com o Brasil e tinha sido assinado pelo Brasil¹⁰.

¹⁰ O Brasil assinou o Acordo de 1945, mas depois não seguiu. Há pouco o Brasil resolveu adiar a implementação total do AO de 1990 até 2016. Eu receio que possa voltar a acontecer o mesmo. E isso que a ortografia brasileira sofre escassíssimas e irrelevantes modificações. Mas mesmo essas, provocam por vezes uma contestação mais forte no Brasil da que provocam as inúmeras e fundamentais da norma lusitana em Portugal. Eu propunha uma troca: aceite-se o uso de trema no resto do português e aceitem-se as consoantes ditas "mudas" no do Brasil.

Este acordo, como norma era uma norma muito mais apurada (implicava muitas menos exceções e grafias duplas do que o Acordo de 1990) e como acordo um acordo muito mais bem sucedido, pois abrangia praticamente 100% das palavras.

Diante da negativa brasileira, porém, o que é que se fez 45 anos mais tarde? Visto ter sido impossível convencer os brasileiros a reporem as consoantes que tinham tirado de forma insolidária com o resto dos falantes (no espaço e no tempo) da língua, e adoptarem uma ortografia pronunciável a ambos os lados do Atlântico, optou-se, não por adoptar a ortografia brasileira, sem mais, no resto dos países (o que era impossível, precisamente por representar a pronúncia brasileira exclusivamente), mas por aplicar o mesmo critério que se tinha aplicado no Brasil, à pronúncia do português europeu (que se estende, sem mais, ao português dos países africanos e Timor Leste, os grandes esquecidos do AO, embora se invoque, num argumento fortemente racista, a sua hipotética dificuldade para serem alfabetizados numa norma ortográfica mais complexa, como álibi progressista e paternalista para a imposição de uma ortografia simplicista).

Resulta daí a coisa mais engraçada do AO, e que marca o seu falhanço não apenas como norma, mas mesmo enquanto acordo: algumas palavras que antes se escreviam igual a ambos os lados do Atlântico (como "concepção", "perspectiva", que já tínhamos visto, e outras como "recepção" por exemplo) agora passam a escrever-se de forma diferente!!!! ("concepção"¹¹ "perspectiva" e "recepção" no Brasil, e "conceção", "perspetiva" e "receção" no resto¹²).

¹¹ Esta palavra conserva a consoante na pronúncia brasileira precisamente para evitar a homofonia com "concessão" pelo facto de o "e" átono não ser reduzido no Brasil, e constitui um exemplo precioso de como, na pronúncia portuguesa este "p" se pronuncia na abertura do "e" que o precede. A abertura do "e" desenvolve no português europeu o mesmo papel fonológico que a pronúncia do "p" no português americano. A abertura do "e" é uma realização fonológica da letra "p" (ou se preferirem da sequência "ep") nessa posição. Que um "e" átono aberto pode ser também a realização fonológica da letra "c" (ou se preferirem, da sequência "ec")? Certo. Mas é apenas mais um caso em que duas grafias, em dois dados contextos, podem ser realizadas da mesma maneira (como "ss" e "ç" sempre, ou "x" e "ch" ou "ss" ou "z", segundo as posições, ou "o" e "u", ou "e" e "i", também dependendo do contexto, etc.) Que como pode saber uma criança de 6 a 7 anos quando corresponde escrever uma ou outra? Não, não pode. E por isso é que deve ser ensinada, e vai ter que aprendê-lo igual que os outros casos antes citados, por ensino, prática e leitura. E não vai ser um esforço baldio. Esse conhecimento vai-lhe ser útil no futuro quando precisar estudar inglês, espanhol, francês, italiano... ou latim.

¹² A lista é grande. Um caso especialmente dramático (embora um pouco diferente, por não ter relação alguma com o timbre da vogal) é o de "ruptura", cujo "p" é pronunciado no Brasil, mas não no resto dos países, por causa do qual, a seguir o Acordo, ficaria "rutura". Ora "rutura" e "rotura" não apresentariam, nesta variedade da língua, nenhuma diferença nem fonética nem semântica (o significado é o mesmo, embora "rotura" se utilize mais frequentemente num sentido físico, "rotura de ligamentos", e "ruptura" no figurado "ruptura de vínculo matrimonial"). Representavam a forma culta e a forma patrimonial, respectivamente, do mesmo étimo latino "ruptura". Se tirarmos a parte "cult" a "ruptura", não faz sentido manter a diferença. Acontece, porém, que, além de ser pronunciada no Brasil, mesmo que o não fosse, continuaria a haver diferença na pronúncia, pois o "o" de "rotura" não se reduz como no português europeu. Então aconteceria uma coisa inaudita nas relações lexico-semânticas entre o português do Brasil e o resto. Enquanto no primeiro haveria duas palavras quase perfeitamente homónimas (com apenas a leve nuance que acabámos de comentar), para um conceito, no segundo haveria apenas uma. Ora pense-se nisto: para teoricamente procurar a unificação ortográfica, provocamos, em primeiro lugar uma diferença ortográfica que antes não existia ("ruptura"/"rutura"), em segundo lugar uma incompatibilidade fonética (a forma "rotura" do resto do português, já não poderá representar a pronúncia brasileira, pois ao assumir também os usos de "ruptura" terá que ser pronunciada indefectivelmente com "u") e em terceiro lugar

E não deve escandalizar. Aplicando o mesmo critério foneticista a diferentes variedades linguísticas só pode obter-se maior divergência. Se duas pronúncias começaram a diferenciar-se num dado momento histórico nalgum aspecto, a única forma de manter a unidade gráfica da língua é manter, nesse aspecto, a grafia prévia.

Daí se pode comprovar que a chamada "norma lusitana" (que além de "lusófona internacional" podíamos denominar de "histórica", e em previsão de prováveis réplicas, esclarecerei que não quer dizer o mesmo "histórica" que "historicista") não estava feita à medida da pronúncia portuguesa, e que era na verdade um acordo capaz de abranger a pronúncia brasileira.

Há um outro efeito paradoxal, neste caso no âmbito fonético. Um acordo que pretende teoricamente aproximar as duas variedades de língua portuguesa na escrita, poderia provocar um afastamento maior na fala. Como assinalávamos acima, uma das principais diferenças da pronúncia portuguesa a respeito da brasileira é a redução do vocalismo átono. Esta redução vinha a ser travada, como já referimos, pela presença das consoantes ditas "mudas". Como também dissemos, embora sendo aparentemente o seu número pouco relevante, se comparado com o Corpus total da língua, compreende palavras de uso muito comum, razão por que a sua presença na cadeia falada é constante. Se o AO se implementar, sem este travão, é previsível que o processo de redução alastre por todo o grupo, afastando as pronúncias. Assim, até hoje os brasileiros escreviam "espetáculo" e o resto dos lusófonos "espectáculo", mas todos pronunciavam o seu segundo "e" aberto (embora uns grafassem esse som com "e" e os outros como "ec"). Se o AO se implementar, todos eles vão escrever "espetáculo", mas, enquanto os brasileiros vão continuar a pronunciar um "e" aberto (dado que eles não reduzem as vogais átonas), muito provavelmente os portugueses, com o correr do tempo, vão acabar por pronunciar "esp'táculo".

É claro que a propaganda do AO nega esta possibilidade. Aduzem que, mesmo mantendo as consoantes na escrita, nalguns casos (poucos) as vogais anteriores experimentaram redução. O que, quanto a mim, resulta ser um argumento em contrário. Se mesmo com a presença de consoantes houve redução, calcule-se sem elas! Isso revela que a tendência redutora é deveras forte e que a inércia da pronúncia actual (consequência de séculos de escrita dessas consoantes) não vai ser suficiente para a travar.

Eu sei que haverá quem negue isto taxativamente e mesmo com certa suficiência doutoral. Na linguística há modas, e toda a moda tem necessariamente a sua dose de imbecilidade, ou então não era moda (quem se lembra já de Chomsky e a sua Gramática Generativa, com que uma ou duas gerações se torturam como se fosse dogma de fé, por exemplo!).

Na linguística do último quartel do século XX foi-se impondo a pouco e pouco uma tendência, sem qualquer fundamento, para privilegiar a língua oral sobre a escrita, dentro de uma corrente cultural mais ampla que ultrapassa a linguística, que se caracteriza pela rejeição melindrosa de tudo o que tenha a ver com a palavra "cultura". O que muito bem sintetizou Alain Finkielkraut em "La Défaite de la Pensée": a contradição de uma cultura que rejeita a cultura.

Dentro dessa corrente parte-se do preconceito "democrático" (num sentido simplório e populista do conceito "democrático") de que a língua flui, ou deve fluir, apenas da fala para a escrita, do popular para o culto, e que qualquer pretensão de que o culto possa determinar o popular, que a língua escrita possa determinar a oral, é estigmatizada como "elitismo", como se a língua oral fosse o povo soberano e a língua escrita a assembleia nacional que o representa, quando na verdade são dois países vizinhos com os seus próprios corpos eleitorais e as suas próprias leis na hora da tomada de decisões. Ora, isso sim, dois

uma divergência léxico-semântica: para um conceito em que no português do Brasil existem duas palavras, no resto da língua haverá apenas uma, que nunca poderá assimilar-se, nem no uso estilístico nem na realização fonética, com nenhuma das duas brasileiras. Uma tripla "ruptura", ou "rutura", ou "rotura".

países com múltiplas relações comerciais. Ou, se se preferir, dois países confederados, com os seus graus de liberdades, mas que se determinam mutuamente.

Para as pessoas que se movem nessa maionese mental pensar que uma mudança na escrita possa condicionar uma mudança na pronúncia, é heresia elitista merecedora do maior dos anátemas. Mas a história das línguas está cheia de exemplos nesse sentido. Pense-se por exemplo no francês. A sua pronúncia não pode ser explicada senão pela sua escrita. O francês está cheio de consoantes que não se pronunciam nuns contextos mas sim noutros (a "liaison"), ou que se pronunciam quando seguidas de um "e" que não se pronuncia, ao tempo que sabemos que um "e" final só se pronuncia quando seguido de "s" que não se pronuncia, por não falarmos das terminações femininas "ée" ou plurais em "és" que não se diferenciam na pronúncia das masculina singular em "é" mas cuja presença na escrita pode determinar a pronúncia de uma consoante seguida de um "e" ou um "e" seguido de um "s" uma palavra além.

O francês não pode ser pronunciado sem ter "in mente" (ou será "im mente" a partir do AO?) a sua forma escrita. Mas isso acontece em todas as línguas. A primeira imagem que a audição de uma palavra (ponhamos "copo") provoca numa pessoa alfabetizada não é a do objecto que representa (o ícone de um copo mais ou menos abstracto) mas a da sua forma escrita, as letras "c", "o", "p", "o". A evocação icónica é secundária e só se regista no final da sequência "Lembras-te do copo que quebrou ontem?". Até ao final da transmissão essas palavras só se traduzem a letras. Só no final a imagem desse copo emerge da nossa memória. Como conseguem os analfabetos falar francês? Pois a imitam a pronúncia das pessoas alfabetizadas. E desta maneira a língua escrita continua a determinar a forma da língua falada. Sem esta tendência para a aquisição de modelos linguísticos cultos, junto com a não menos importante acção da impossibilidade de os imitar correcta e completamente, não se pode entender a deriva histórica das línguas.

No caso do português temos exemplos inegáveis da influência da língua escrita sobre a oral. Na caótica ortografia medieval o artigo ou numeral "um" podia ver-se escrito de inúmeras formas, as mais simples: "um", "un" e "ũ". Nos dois primeiros casos representava-se a nasalidade final, e nunca as consoantes "m" ou "n" como pronunciadas em posição inicial de sílaba ("ma", ou "na"). O feminino que se forma de uma maneira foneticamente coerente só resulta ortograficamente coerente com a última dessas variantes: "ũa", que é a representação que se colhe nos manuscritos medievais. Ora, aquando das primeiras tentativas de harmonização ortográfica, a forma escolhida para o masculino foi "um". Dela tirou-se, por analogia, uma forma graficamente coerente, "uma", que não era foneticamente coerente: o som que representa o "m" final não é igual ao que representa o "m" inicial, e não há nenhuma outra forma de flexão na língua em que se verifique essa transformação. No início a mudança registou-se apenas na escrita, enquanto a pronúncia continuava a mesma.

Se de facto hoje se escreve "uma" e se pronuncia "uma" é porque a escrita condicionou a fala. E a prova está no galego, em que se continua a dizer "ũa" porque durante mais de cinco séculos careceu de registo escrito.

Outra caso seria o de "nenhum", que pela regular evolução fonética do latim "nec unum" deveria ter dado "negum" (forma que assim mesmo se regista na Idade Média), e que só pode explicar-se por uma outra escrita antiga de "um", com "h" inicial ("hum", "hun" ou "hũ"), quando inserida na sequência "nen hum", (no sentido de "nem um só"), muitas vezes, como era frequente na altura, escrita sem espaço "nenhum", e mais uma vez uma ocorrência na representação gráfica provocou uma mudança na pronúncia, mesmo em séculos em que as taxas de analfabetismo deviam superar os 100%.

Por que não vai acontecer isso mesmo agora? Para além do preconceito da relação unidireccional entre fala e escrita, os autores e defensores do AO, não contemplam esse perigo porque, como partem da cegueira voluntária de que a pronúncia aberta dessas vogais constitui uma extravagância fonética que nada tem a ver com a presença gráfica de essas consoantes ditas mudas (e por que não se elimina o ponto do "i" se não se pronuncia?), não acham que a ausência delas tenha por que modificar esse timbre.

Nós, porém, fornecemos, mais acima, uma explicação plausível do mecanismo fonológico que relaciona tais grafias e pronúncias, e é portanto muito provável que, com o correr do tempo, a falta das tais consoantes na evocação visual dessas palavras na mente dos falantes deixará de provocar nas suas línguas o acto reflexo de abrir a vogal.

Não podemos permitir que o futuro da escrita da língua, da fachada visível da língua, do pórtico de entrada ao templo do conhecimento humano, seja decidido pelos caprichos de modas ou atitudes passageiras que mais cedo ou mais tarde vão acabar por nos parecer exageradas ou ridículas. A forma escrita de uma língua não é património de uma geração ou duas. Não é todos os anos, nem sequer todos os séculos (nem muito menos todos os 45 anos) que se muda substancialmente a ortografia de uma língua. Na cultura de língua portuguesa, no correr do século XX, faltaram de certeza muitas coisas, mas não reformas ortográficas. Grandes, duas, quer em Portugal, quer no Brasil, e inúmeras de menor entidade também em ambos. De 1945 a 1990 nada de essencial aconteceu na língua portuguesa para justificar uma mudança que, embora os seus defensores proclamem como mérito superior dela ser muito pequena do ponto de vista quantitativo (e então, tanto esforço e confusão, para quê?) sim é importante do ponto de vista qualitativo, por representar uma mudança radical na consideração a língua portuguesa, como língua latina e sujeita a normas reconhecíveis de leitura e escrita (como o francês, o castelhano, o italiano e o próprio latim) para ser tratada, pelo menos nalguns aspectos (os "aspectos" voltam a recordar-me dos "espetos", não sei por quê...), já não como as palavras latinas do inglês (que nele mantêm a sua forma latina) mas como as palavras anglo-saxónicas do inglês, irreduzíveis a normas de "recta pronúncia" ou de "recta escrita", precisamente por carecerem de prévia tradição escrita.

Para poder entender uma língua, o que os antigos gramáticos denominavam o "génio" da língua, devemos ter uma atitude aberta, eclética, multidisciplinar e humanística. Um olhar tão aberto que mesmo contemple aspectos que excedem a própria língua. Assim olhada a língua não tem por que, não deve, perder a sua cobertura clássica nem as suas vestes latinas, que resultam ser, aliás, instrumentos úteis para enfrentar o convívio cada vez mais inevitável com outras línguas, numa sociedade futura que há de ser necessariamente plurilingue.

Resulta curioso que o último argumento, "de natureza psicológica"¹³ segundo ele próprio reconhece, que se invoca no AO para a abolição das consoantes ditas mudas, é a convicção de que, se não se ceder nesse terreno, não haverá Acordo. E aqui a expressão "psicológico" parece que se trespassa de forma púdica do problema para a solução, para não incomodar ninguém. E esse último e definitivo problema "psicológico" é que não se pode pretender reporem essas consoantes "aqueles (os brasileiros, não sei porque não se diz, parece um tabu) que há muito tempo as não escrevem"¹⁴.

Repare-se que afinal o AO recorre ao tipo de argumento que ele próprio rejeita. O argumento historicista. Só que a história que ele considera sagrada é uma tradição parcial (brasileira apenas) e muito menos extensa no tempo (a abolição sistemática dessas consoantes é de 1943) da que sustenta a manutenção, que é uma tradição universal (de todos os países de língua portuguesa e de todas as línguas que utilizam raízes latinas) e muito mais extensa no tempo.

É engraçado: os brasileiros não podem repor essas consoantes pela única razão de que já as eliminaram há 70 anos, mas, paradoxalmente, quando as eliminaram não era razão suficiente as terem escrito durante mais de 2.300 anos! Já sei que há 2.300 anos o Brasil não existia, mas a sua cultura sim, porque é uma cultura essencialmente latina, como sempre defendeu e praticou a melhor tradição cultural brasileira (lembro o admirável Mattoso Câmara Junior, em resposta a um panegírico indigenista de Levi-Strauss, a estabelecer paralelismos até entre os mecanismos de derivação de sentido do latim e das línguas

¹³ "Nota Explicativa Redigida pelo Grupo Proponente do Texto do Acordo" Diário da República, nº 193, 23/08/1991, Série A, 4.2, e)

¹⁴ Idem. Ibidem, f)

autóctones da Amazónia, por não falar daquele formoso Orfeu da Conceição de Vinicius de Moraes... mesmo um nacionalista ferrenho como Da Câmara Cascudo, gostava de exaltar as raízes clássicas de muita da fraseologia popular brasileira...).

Como filhos, ou netos, de um império morto, os brasileiros não deveriam ver como colonialismo, imperialismo (e outros "ismos" da retórica indigenista) o facto de adoptarem os hábitos gráficos dos outros 1.500 milhões de filhos, netos ou sobrinhos daquele império¹⁵. A escrita latina das palavras latinas, além de parecer a coisa mais lógica do mundo, não é uma imposição de nenhum imperialismo português. Eu diria que é uma imposição do Império da razão, mas visto não podermos pensar senão em termos de nacionalidade, seria em todo o caso uma imposição do Império Romano. E o bom que têm os impérios mortos é que a gente pode seguir as suas leis, quando lógicas e úteis, sem temor de ser-se por isso submetido ou explorado. Seria triste perder, por um prurido nacionalista, esse contacto fraterno (e nada mais latino do que um "contacto" "fraterno") com 1.500 milhões de pessoas que escrevem "contacto" ou "contact". Contacto que se perde quando "contacto" (e como ela umas mil palavras, nalguns casos de uso frequentíssimo) perde um "c" que a ninguém incomoda, quer o pronuncie ou não.

Permitam-me pôr um exemplo prático que demonstra o carácter factóide e a inviabilidade do AO. Para justificar a perda de todas essas consoantes, diz-se que não se pode exigir aos utentes da língua que saibam latim ou etimologia (já dissemos que basta saber qualquer outra língua ocidental além do português) para saberem se devem escrever um "p" ou um "c" depois de dadas vogais, e que mesmo quando isso tem um valor fonológico (como em "recessão"/"recepção") não se pode exigir que mudem a ortografia segundo a semântica do termo (E então por que diferenciar "recessão" de "recepção"? Ou ambas com "ss" ou ambas com "ç"¹⁶). Os utentes de uma língua escrita não devem saber nada de etimologia, nem de semântica. A língua escrita só deve tributo à língua falada, à fonética... Não faltava senão dizer, num populismo apenas um pouquinho mais radical, que os utentes de uma língua escrita não têm por que saber ler e escrever...

Ora bem, o próprio AO auto-infringe estas "leis" auto-infligidas. Imagine-se que devemos ler, seguindo os seus critérios, estes dois textos em voz alta:

- "Um corretor, num momento de atrapalhão causado pela forte sonolência de uma tarde calorosa de Verão e de um almoço copioso e generosamente regado,...

.... nem reparou na "jirafa" do texto a corrigir"

- "Um corretor, num momento de atrapalhão causado pela forte sonolência de uma tarde calorosa de Verão e de um almoço copioso e generosamente regado,...

.... contratou um seguro contra-incêndio para um iglu"

Até chegarmos à última frase, não sabemos se devemos pronunciar (se "devíamos ter pronunciado"!!!!) esse "corretor" com o "e" aberto de "pessoa ou coisa cuja função é corrigir" ou com o "e" reduzido de "intermediário na contratação de seguros ou compra e venda de valores na Bolsa". Então, afinal é melhor fazermos depender a pronúncia da semântica (e, ainda que não queiram reconhecê-lo, da etimologia) e não a escrita? Eu penso que é mais fácil ter tempo para procurar no dicionário (As quatro ou cinco primeiras vezes que se escreve uma palavra... Depois só é preciso procurar na memória, e depois nem

¹⁵ Esses 1.500 milhões de pessoas (tantos como chineses) são aqueles cujas línguas utilizam palavras com raízes latinas, escritas em alfabeto latino, e com a mesma ortografia (neste aspecto) que o latim

¹⁶ Note-se que, neste caso, o "ç" converter-se-ia em marca da abertura do "e", coisa inaudita. Precisamente as consoantes ditas mudas (ou melhor a sequência de que essas consoantes fazem parte) realizam podem realizar essa função porque não realizam outra. Afinal a função acessória seria realmente a sua articulação. Repare-se que muitas vezes só se é pronunciada quando a distinção entre vogal aberta e fechada não é pertinente, como em "facto" vs "fato" (roupa) ou "repto" vs "recto".

isso) quando a gente está a escrever, e não quando a gente está a ler um texto. Não podemos obrigar o leitor a ir até ao final do período e depois recuar até ao início para saber qual das duas palavras (não duas acepções da mesma palavra) tinha lido há cinco, vinte ou mil segundos, minutos ou horas (Imagine-se que é um romance sobre a vida de um "corretor", e só no capítulo XV descobrimos que é corretor de seguros).

No português brasileiro não haveria diferença nenhuma na pronúncia, e na verdade teríamos que esperar, numa audição, a última frase para sabermos o que significava essa palavra, mas, mesmo assim, se repusesse o "c" de "corrector", teríamos pelo menos resolvido essa incerteza na escrita logo na primeira linha. Se a língua escrita pode fornecer uma informação linguística que a língua oral não pode, devemos por isso renunciar a ela? Uma regra de ouro deveria presidir a qualquer reforma ortográfica: a nova escrita não pode aumentar a incerteza, não pode supor nenhuma perda de informação a respeito da antiga. E acabámos de comprovar que o AO o faz.

Na verdade, não podemos exigir aos utentes de uma língua escrita que conheçam um pouco acerca dessa língua? Não têm eles também deveres a respeito da língua, ou a língua é apenas um instrumento de um uso só? Quanto demora aprender que o corrector que corrige vai com "c" e o corretor de seguros vai sem ele, ou que recepem leva "p" e não "c"? Eu considero, alias, que custa mais a assimilar que "fato" não leva "c" e "factual" sim. Ou que um "noctâmbulo" que resolveu trabalhar como guarda "noturno" já não sabe onde colocar o "c", ou que o "afeto" não é não é produzido pela ausência de um feto.

Mas de todos modos, eu acho que todos esses argumentos baseados no "facilitismo" hoje em dia carecem de qualquer fundamento. Desde que existem correctores automáticos (é capaz de existirem "corretores automáticos", mas desconheço), nenhuma ortografia pode presumir de ser mais fácil do que outra. Graças a eles, mesmo a pessoa mais iletrada pode escrever correctamente a ortografia mais complexa.

Não se pode modificar a língua escrita em função das pessoas que não a utilizam. Devemos perder o pudor de falar de norma culta, de língua de cultura. Devemos tentar elevar à cultura as pessoas que não a possuem, e não rebaixar a cultura ao nível das pessoas que não a possuem. Mais uma vez lembraria o exemplo daquela piscina municipal: para que vamos ensinar as pessoas a nadar se depois não vão poder nadar? Ou pior. Esvaziar a língua culta de cultura (fazer uma língua escrita em função de que as pessoas possam adquiri-la sem terem hábitos de leitura) é como esvaziar a piscina de água para facilitar a aprendizagem a pessoas que não sabem nadar. Referíamos acima como se utilizava o álibi da facilidade de aprendizado da "ortografia simplificada" (como se pretende "vender" o AO) da parte de populações com difícil acesso à educação, nomeadamente nos países africanos e nas zonas mais deprimidas do Brasil¹⁷. Paradoxalmente, uma língua com uma escrita histórica tão pouco fonética como o francês não tem problemas para se ir espalhando a mais e mais por toda a África ocidental, a influenciar em ocasiões algumas zonas de língua portuguesa (Guiné-Bissau, a etnia Quicongo em Angola...). Paradoxalmente os países da América Latina de língua espanhola, que conserva sistematicamente as consoantes cultas, têm, em conjunto, taxas de analfabetismo muito menores das do Brasil (só três pequenos países, como Guatemala, Nicarágua e República Dominicana é que as têm maiores, mas Chile, Argentina e Uruguai, por exemplo, têm-nas muito menores).

Então, serão as coitadas das consoantes ditas mudas, e não as políticas culturais (ou a sua falta, por exemplo a escassa valorização da função docente no Brasil, ou o escasso interesse de Portugal pela lusofonia, que contrasta com o da França pela francofonia) um empecilho para o acesso dessas massas de população à cultura? Por que estranho, retorto e paternalista classismo ou racismo, se vai pensar que essas pessoas têm mentes menos sofisticadas do que as nossas, e que para elas vai resultar impossível assimilar as subtilezas do uso das consoantes dos grupos cultos? Os testemunhos do francês africano e do espanhol

¹⁷ Ivo Castro: "Uma ortografia complicada não consegue ser aprendida por populações recém alfabetizadas e de nível cultural baixo, até por ter pouco a ver com a sua oralidade. É esse um dos problemas do ensino do português no Brasil, assim como é, ou será, em África" (In Castro et alii "A Demanda da Ortografia Portuguesa", Lisboa, Sá da Costa, 1987, p. XVIII)

americano, dizem o contrário. E aliás, lembrando mais uma vez o símile da piscina: se não pudessem assimilar essas sutilezas "cultas" da língua, de que lhes ia servir uma língua culta, que deve servir para podermos apreender e exprimir todas as sutilezas do mundo e da cultura?

Todas as questões relevantes na hora de tentar entendermos o mundo, jogam-se no terreno escorregadio das sutilezas. Aprender a fina arte da escrita histórica da língua acho que é um bom treino. Transcrever a pronúncia como em taquigrafia é uma ótima introdução ao pensamento reducionista, pai de todos os disparates da história da humanidade, entre os quais este Acordo.

4.1.2. Vale realmente a pena o esforço de mudar os usos linguísticos de todos os lusófonos, para afinal não chegar a uma ortografia unificada?

Outro dos elementos habitualmente considerados para ponderar as bondades do Acordo, é que afecta poucas palavras, apenas 1,6% do vocabulário.

Bom, para começar, 1,6% do vocabulário é muito vocabulário! E depois, isso faz-se a custo de não resolver 100% das divergências, enquanto o Acordo de 1945 abrangia praticamente 100% do vocabulário. E aliás, pelo mesmo raciocínio, as divergências ortográficas entre a norma portuguesa e a brasileira antes do AO, então também não eram assim tão graves, pois afectavam apenas 2,7 % do vocabulário! Vale a pena o esforço para não reduzir as diferenças a pouco mais de metade das anteriores?

Uma reforma ortográfica cria por si própria uma série de inconvenientes (como vamos explicar a seguir), com independência da sua bondade ou não. Nenhuma dessas razões deveria ser suficiente, contudo, para a travar, se a utilidade que daí se tirasse fosse maior. Vale a pena realizar, porém, uma viagem de 1.600 quilómetros para ficarmos a 1.100 quilómetros do destino? Uma unificação de 100% se calhar compensava os problemas que ia causar, mas uma unificação de 98 % não é uma unificação¹⁸. Unificar significa ser um, tornar um. E 1 não é igual que 0,98.

A diferença parece pequena, mas se em América o metro valesse 100 cm e na Europa 98 cm, os voos transoceânicos não chegariam ao destino. Essa diferença multiplicada pelos milhões de actos de escrita diariamente efectuados em língua portuguesa (e mais considerando que as divergências incluem muitas palavras de uso muito frequente) acaba por provocar uma barulheira insuportável.

Se no aspecto fulcral das consoantes dos grupos cultos (que representam 1 ponto do 1,6% da mudanças, face 0,6 do resto das questões envolvidas) o AO ia, do nosso ponto de vista, além do razoável, noutras questões em que podia ter sido mais valente sem ser ousado, fica muito aquém do que podia.

Por exemplo quanto à acentuação. Na "nova norma" (que neste aspecto tem pouco de "nova", bom e também pouco de "norma") mantém-se a divergência na acentuação das vogais "e" e "o" antes de nasal inicial de sílaba seguinte: "António" e "Antônio", "ténis" e "tênis", por usar dois exemplos clássicos.

Esta diferença parece incontornável porquanto a pronúncia brasileira dessas vogais é sistematicamente fechada enquanto a do resto dos países lusófonos é normalmente aberta.

O erro, porém, está na focagem excessivamente foneticista (pretender que as relações entre língua escrita e falada sejam umas relações entre as letras uma a uma e os fonemas um a um), neste aspecto também no Acordo de 1945¹⁹. Se admitirmos que as relações entre grafias e sons podem, e devem, verificar-se em

¹⁸ Digo 98% porque essa é a cifra de "sucesso" (de grafias unificadas) que o próprio AO se atribui. Ora, como grande parte desse "sucesso" são as "grafias duplas", que para nós (e para qualquer que sabia que 2 não pode ser igual a 1) não podem considerar-se nenhuma "unificação", e portanto essa percentagem deveria ser rebaixada para 97% no mínimo.

¹⁹ O Acordo de 1945 pretendia, neste aspecto, estender sem mais o uso português ao Brasil, o que era claramente inadmissível, porquanto de modo algum se podia considerar que "Antônio" representava a pronúncia brasileira. O Acordo de 45 pecava de excessivamente pacato nesse aspecto, embora o AO

sequências maiores, veríamos que realmente nesses contextos a diferença entre acento agudo e acento circunflexo é completamente desnecessária.

Não é que essas vogais sejam abertas ou fechadas. O que acontece é que, nessa posição, no Brasil ficam nasalizadas, enquanto em Portugal não, e as vogais nasais são necessariamente fechadas. Mas então a marca de nasalidade e a marca de vogal fechada/aberta são redundantes. Basta indicar que uma vogal é nasal para saber que é fechada. Igual que não precisamos um acento circunflexo sobre o "a" de "rã" ou sobre o "o" de "põe", para sabermos que são fechados, também não precisamos usar esse signo sobre o "a" de "cântaro", o "e" de "ciência" ou o "ó" de "côncavo". As letras "m" e "n" são tão marcas de nasalidade como o til. Essas vogais são necessariamente fechadas porque são necessariamente nasais, porque fazem parte de sílabas acabadas nessas consoantes. Também quando não há signo algum de acentuação, como em "campo" ou "conto" ou "cento", essas vogais pronunciam-se inalteravelmente fechadas pelo facto de serem pronunciadas com essas consoantes.

Então, não é que estejamos diante de uma relação entre o som "á fechado", "é fechado" ou "ó fechado", e as grafias "â", "ê" ou "ô". Estamos diante de uma relação entre os som "á nasal", "é nasal" e "ó nasal" e as sequências "an/am", "en/em", "on/om". Isso quando a nasal é final de sílaba, que é um fenómeno comum às pronúncias portuguesa e brasileira.

Se escrevêssemos portanto "cântaro", "ciência" e "côncavo", nada teria de mudar na pronúncia. É impossível organicamente pronunciar uma vogal nasal aberta. Com o acento indicamos apenas que essa sílaba é acentuada e a nasalidade vem marcada pela consoante nasal²⁰.

Isso nos poria em condições de unificar as grafias, porque então um brasileiro já não precisava marcar o timbre fechado do "o" de "António". Assim escrito soaria tão fechado como o de "côncavo". E um português continuaria, no entanto, a pronunciar aberto o "o" de "António" simplesmente porque no português europeu quando a consoante nasal se encontra no início da sílaba seguinte, em vez de no final da própria, não nasaliza a vogal.

A única condição para o "o" de "António" representar coerentemente a pronúncia brasileira é deixar de marcar também com acento circunflexo os casos em que a consoante está no final de sílaba, como acabámos de fazer acima, mas o Acordo de 1945 não fazia.

peque muito mais (mais ou menos o dobro). O de 45 pretendia que só neste caso o acento não representava o timbre da vogal, mas sim no caso de "côncavo", o que, para além de incoerente, também não podia ser válido para a pronúncia brasileira, porque nela ambos são igualmente nasalados. A solução que propomos (limitar o uso da alternância "accento circunflexo / acento agudo" às vogais orais) é, muito pelo contrário, coerente e não contradiz nenhuma das pronúncias. Procura uma grafia quase perfeitamente coincidente, mas compatível com duas maneiras de a interpretar bastante divergentes. Exactamente o que devemos esperar de uma norma escrita universal.

²⁰ Grafar, por exemplo, "émbolo" com acento grave sobre um "e" nasal e fechado, não é uma extravagância tão grande como pode parecer. Já vem acontecendo, na ortografia actual (e neste ponto, tanto faz em Portugal como no Brasil) em todas as ocorrências de "-em" em sílaba final de palavra aguda. Assim, vemos escrito: "alguém", acabado em "ém", como "convém" e, "porém", "ninguém" se escandaliza. O mesmo ocorre com o "én" de "ciência", que também encontramos hoje em "parabéns", "reféns", "provéns" etc. O facto de, nesse contexto, o "e" se ditongar na maioria das pronúncias (mas nem todas!) nenhuma força tira ao argumento, porque de todos modos, esse "e" continua a representar, em todos os casos, uma vogal fechada (e se calhar é esse o único traço comum a todas as pronúncias assim representadas). A solução que estou a propor consistiria em estender este "divórcio" entre acento e timbre, já consagrado na actualidade nas terminações "-ém" e "-éns", às sequências "ém" e "én" em todas as posições, e às letras "o" e "a" também em todas elas.

Desta maneira dissociamos o acento do timbre nas vogais nasais, visto elas todas serem fechadas. Quando uma combinação (vogal aberta e consoante nasal) é impossível numa língua, não faz sentido ter um diacrítico para a diferenciar da única combinação possível.

Uma ortografia realmente unificada deveria supor duas coisas que o AO não supõe: uma norma de escrita única e umas normas de leitura diferenciadas. Neste caso teríamos uma norma de escrita única: «Todas as vogais nasais tónicas só podem levar acento agudo quando assim o requererem as regras gerais de acentuação. O acento circunflexo fica reservado para indicar penas o timbre fechado das vogais orais, únicas que podem ser, no fim de contas, abertas ou fechadas». E duas normas de leitura. Em Portugal: «todo o "e" ou "o", seguido de nasal final de sílaba é nasal (e portanto fechado). Seguido de nasal que inicia a sílaba seguinte, não». No Brasil: «todo "e" ou "o" seguido de nasal, não importa em que posição, é nasal (e portanto fechado)». Para o "a" a norma de leitura seria a mesma (sempre nasal, e portanto fechado²¹).

Só ficariam umas raras excepções em Portugal, que seriam aqueles casos em que a vogal anterior a um "m/n" com que não forma sílaba, é fechada por motivos etimológicos, ou outros. Mas são casos realmente raros: "fêmea", "estômago", por exemplo, e poucos mais. Para esses casos, no Brasil não se precisaria alteração alguma, pois "fêmea" e "estômago", continuariam a ser pronunciados tão fechados como "ciência" ou "cóncavo", enquanto em Portugal, poderíamos deixar esta circunstância para a gaveta das "excepções mínimas para uma norma máxima" (tomando em consideração aliás que, em muitas zonas do Norte de Portugal a pronúncia nestes casos é também aberta, apesar da grafia), ou então marcar o timbre por meio de acento circunflexo como até agora. O qual, repare-se, nem vulnerava a norma anterior, porque em Portugal essas são vogais orais e portanto susceptíveis de alteração de timbre marcada com um ou outro acento. Em qualquer caso, sempre eram umas escassíssimas excepções face a divergência total que se encontra, quer na norma actual, quer no AO.

Aqui não caberia, aliás, fazermos todas as referências que fazíamos a respeito das consoantes dos grupos cultos. As regras de acentuação não têm nenhuma base histórica, nem nos unem com nenhuma outra língua do nosso meio cultural. Esse é que é um território privativo da língua e do momento, que pode ser alterado sem alterar nada de essencial nela. E, contudo, é neste aspecto que o AO se mostra mais cobarde e acanhado, quando só uma alteração radical, valente e inovadora, mas respeitosa com o carácter essencial da língua (como a que proponho) podia salvar uma diferença tão tristemente arbitrária e convencional. Tristemente também, o AO parece coincidir com o Acordo de 1945 apenas na sua incapacidade para resolver este problema.

4.2. Problemas práticos

Toda a reforma ortográfica (boa ou má) vai supor uma série de problemas práticos que não podem ser, por si próprios, razão suficiente para a invalidar. Acontece, porém, que esta reforma não representa, como já argumentámos, uma verdadeira unificação, e então esses inconvenientes inevitáveis é que não encontram uma contraprestação na utilidade dela.

Naturalmente, na retórica do AO são todos eles minorizados. Considerarei apenas dois para não me estender (ainda) mais:

4.2.1. A obsolescência dos fundos bibliográficos actuais.

Os defensores do AO minimizam este facto inevitável, com argumentos, como sempre, banais: também não podemos ler hoje em dia um texto medieval, nem sequer um texto do século XIX sem dificuldades.

²¹ Excepto nos passados ("amámos", "cantámos", etc.) na pronúncia portuguesa. Mas esta circunstância já se tinha deixado de marcar no próprio AO, e ficaria a fazer parte das excepções mínima a que é preciso sacrificar uma norma mais abrangente.

Para além de que ter algum pequeno problema não é uma boa razão para procurarmos ter mais e maiores, não se pode comparar a produção editorial da Idade Média, nem sequer do século XIX, com a do século XX. A maior parte dos fundos do conjunto das bibliotecas de todos os países lusófonos foi editada durante a passada centúria e numa grafia que, até ao presente, podia ser facilmente reconhecida pelos seus nacionais. Se a partir de agora toda essa fonte de conhecimento vai ficar inutilizada por um capricho de uns filólogos (em muitos casos com declarados interesses editoriais) acho que não é motivo de brincadeira. É uma intervenção séria que não se deveria realizar se não fosse por algum bem superior, que não é esta falsa unificação cheia de grafias duplas.

A capacidade editorial do século XX não tem, nem vai ter, comparação na história, nem na passada nem na futura. O livro impresso tem os anos contados. Não se trata já de invalidar uns livros (muitos, milhões de livros) mas um suporte de cultura no seu total. A esmagadora maioria dos livros impressos vai continuar, pelos séculos dos séculos, escrita na grafia do XX. Como o ódio à cultura subjaz, como dissemos, na destruição sistemática dos "grupos cultos", não estranha que isto se considere um mal menor da parte dos que a defendem. Para que precisam essas palavras de "c" ou "p" se não se pronunciam? Para que precisam essas pessoas de bibliotecas se não as usam? Se isto não é um programa propositado de analfabetização, é um acto de uma inconsciência arrepiante.

Naturalmente que o efeito obsoleto é diferente do lado das produções editoriais brasileiras e das do resto dos países lusófonos. Em primeiro lugar porque o AO é em grande medida a ortografia brasileira anterior ao AO, mas também porque as pessoas acostumadas a uma ortografia mais complexa não vão ter problemas para aceder a textos escritos numa ortografia mais simples, enquanto as pessoas acostumadas a uma ortografia simplificada vão tê-lo na hora de aceder a textos escritos noutra mais complexa. Os fundos bibliográficos escritos na norma brasileira continuarão muito mais acessíveis (quer para os utentes brasileiros, quer para o resto dos lusófonos) enquanto os fundos escritos com ortografia lusitana vão resultar muito menos acessíveis (quer para os utentes brasileiros, que já o eram, quer para os utentes dos próprios países em que foram impressos).

4.2.2 A posição de vantagem da indústria editorial brasileira sobre todas as outras.

Embora se costume colocar assim, trata-se de uma questão muito mais generalizada. Trata-se não apenas da indústria editorial, mas da indústria cultural no seu conjunto. Da cultura toda de uns países mais pequenos face a capacidade de monopólio de uma grande potência como o Brasil.

Eu até aqui não tenho falado nestes termos. Quando alguém pergunta a nossa opinião e lhe dizemos que somos contra o AO, logo nos identifica como ultranacionalistas portugueses xenófobos, saudosos dos tempos do Império, que consideramos que a língua só nos pertence a nós, ou que ficámos na praia a ver as caravelas partir (como me dizia alguém, há pouco, num debate). Nada mais longe de representar o meu ponto de vista. Eu declaro-me radicalmente anti-nacionalista (ora, igualmente anti-nacionalista português que anti-nacionalista brasileiro, que anti-nacionalista angolano, moçambicano, caboverdiano, guineense, timorense etc.). Eu sou profundamente internacionalista, não considero nenhum ser humano estrangeiro e portanto dificilmente posso ser xenófobo (digamos que "por falta de mercado"). Eu sou contra o AO precisamente por universalismo. O AO tenta ser um pano exíguo feito de remendos de vários nacionalismos, que não cobre nem uns nem outros. Uma norma realmente universal é feita de um tecido único. De um tecido generoso, largo, folgado e único.

Não sou nacionalista, mas também não sou politicamente correcto e digo que se alguma xenofobia há neste assunto é da parte brasileira face tudo quanto tiver algum mínimo cheiro a grafia portuguesa.

Eu adoro o Brasil e acultura brasileira. Façam um electroencefalograma e verão que eu gosto muito mais de música brasileira, de literatura brasileira actual, de cinema brasileiro, do feitiço dos brasileiros, que dos seus equivalentes, em conjunto (e com raras excepções) na cultura e na sociedade portuguesa actual, que considero bastante pobre, ou empobrecida, pela acção de grupos fechados de domínio que abafam a sua criatividade (e se calhar isto também tem algo a ver com a forma como o AO está a tentar ser implementado)

No colóquio sobre o AO acima referido, quando uma das intervenientes foi interrogada pelo público sobre se o AO não tinha sido feito para satisfazer os interesses da indústria editorial (eu diria cultural) brasileira, e nomeadamente a sua penetração no mercado africano; a linguista, que era portuguesa, disse, sempre a sorrir, que o facto de o Brasil defender os seus interesses económicos era perfeitamente legítimo.

Todos os meus argumentos até agora foram exclusivamente linguísticos e nunca pretenderam basear-se de forma nenhuma em nenhuma questão "nacional". Ora eu acho estranho que os portugueses achem normal que o Brasil defenda os seus interesses particulares na hora de negociar um acordo ortográfico, mas não consideram legítimo que Portugal faça o mesmo. Se Portugal o fizesse, isso era imperialismo, colonialismo, exploração, um horror. Por que não o Brasil? Nenhum grupo humano é melhor nem pior do que outro, e qualquer um pode converter-se em imperialista, colonialista e explorador se lhe derem a oportunidade. Eu acho que o AO dá essa oportunidade ao Brasil face os jovens países africanos e também face o velho Portugal.

Se Portugal quiser manter (suponho que "legitimamente") a sua relação privilegiada com os restantes países de língua portuguesa, só tem um valor como argumento: o de ser a pátria antiga, o berço, a história. Portugal é a "etimologia" de todos os países lusófonos. Se Portugal renunciar à etimologia, renuncia a este vínculo. Se a língua portuguesa renunciar à sua história, Portugal renuncia à sua posição central dentro da Lusofonia. Portugal é precisamente o elo que une todas essas culturas entre elas e com a raiz greco-latina comum (ainda que tenham outras componentes, essa é a fundamental na língua, e a língua é fundamental na conformação de uma cultura). Portugal mantinha-se na sua posição presente porque havia duas tensões que a sustentavam: esse elo no passado com os avós romanos, e um outro elo no futuro com os países filhos. Se se romper o elo com o passado, Portugal vai acabar por ser arrastado no outro sentido, por não ter nada de diferente que oferecer no concerto das nações de língua portuguesa. Se o português europeu perder a sua posição histórica, Portugal perde a sua posição culto-estratégica (neologismo que acabei de inventar por analogia com "geo-estratégica"). Hoje em dia o português de Portugal é língua de prestígio e padrão linguístico em toda a Lusofonia excepto o Brasil. Se o critério a aplicar fosse simplesmente demográfico, a variante portuguesa teria menos importância que a variante paulistana, e já nem se fale da paulista...

Também os países africanos vão "perder posição" no conjunto, porque embora Portugal mantenha ainda (e muito apesar da atitude do seu governo e a sua "intelligentsia" a respeito) um certo prestígio cultural, nem política nem económica nem culturalmente pode representar hoje um perigo de absorção. Alguns desses países, como Angola, já podem tratar, em muitos aspectos, a antiga metrópole por tu. O tamanho (económico, político e cultural) do Brasil, porém, não é comparável. Sem a couraça do modelo linguístico português comum, seriam fácil presa de uma forma nova, desta vez sim, de colonialismo.

Ao contrário do que argumentam os defensores do AO, o facto de o Brasil ser sem dúvida a primeira potência em todos os campos (político, económico, cultural) da Lusofonia faz com que, precisamente a norma comum deva ser qualquer coisa, menos predominantemente brasileira (por não dizer, resumidamente, "a norma brasileira"), porque então o perigo de assimilação será real, enquanto que, por muito que as consoantes dos grupos cultos se repuserem, dificilmente o Brasil vai ter perigo algum de ser absorvido por Portugal. Quanto aos outros países de língua portuguesa, se já conseguiram a sua independência com as ditas consoantes, a sua queda não os vai tornar mais independentes, mas poderia propiciar, sim, uma progressiva satelitização a respeito do todo-poderoso Brasil. A norma linguística actua aqui (penso que, desta vez sim, "legitimamente", pelo menos naquilo que cultura ainda pode representar face a economia) como uma forma necessária de contra-poder.

5- Propostas

Na escrita de uma língua de cultura deve haver duas forças a interagir para podermos modelá-la de forma correcta e funcional: de uma parte a etimologia (a extensão temporal, histórica ou diacrónica da língua, a

sua continuidade racional e razoável com a língua escrita em épocas anteriores) e da outra a fonológica (a sua extensão espacial, dialectal ou sincrónica, a compatibilidade com a sua realização oral na diversidade de falas que se registam num dado momento da história). As duas são necessárias para que a língua escrita não se divorcie da língua falada e portanto da realidade do dia-a-dia, e também para que não se reduza a uma transcrição da fala e perca o seu valor como fonte de conhecimento de outras realidades que ultrapassam as do dia-a-dia.

Qualquer exagero, num ou noutro sentido, leva ao desastre e ao ridículo. Para criticar os críticos ao AO, pretende-se pôr-nos a ridículo comparando-nos com os caturras que, nos começos do século XX se opunham à reforma da ortografia delirantemente etimologista que vigorava até então e se empenhavam em continuar a escrever "pharmacia".

Para começar, esta é uma dialéctica completamente demagógica que parte da crença irracional de que qualquer coisa nova é boa e qualquer coisa velha é má. É como se, para desautorizar os protestos ecologistas contra a construção de um auto-estrada que invade uma zona de criação de espécies em perigo, a empreiteira os acusasse de serem iguais aos retrógrados que, no século XIX, se opunham à construção dos caminhos de ferros. Os filhos do pensamento progressista que acompanhou a chegada do comboio são precisamente aqueles que defendem um progresso racional e não auto-destrutivo, e as pessoas que acreditam cegamente no progresso são a mesma classe de pessoas que acreditavam então cegamente na tradição. O fascismo é uma forma de "futurismo", e a palavra "novo" um dos seus fetiches (Estado Novo, a Forza Nuova italiana). Defender a "nova ortografia" por ser nova, e desqualificar a actual por ser "velha" (velha de 68 anos, mas para uma ortografia, é ser adolescente), é uma forma de raciocínio irracional. Poderia valer para defender qualquer ortografia "nova" (mesmo escrever todas as letras do avesso). As coisas devem ser julgadas em si próprias, não pelo seu lugar na cadeia histórica. A Nona Sinfonia de Beethoven não deve ser considerada necessariamente inferior a "A Cabritinha" de Kim Barreiros. Se o único valor que se lhe pode atribuir à "nova" ortografia é o de ser "nova", é que muito valor não tem.

E nem sequer esse. Resulta indignante que se nos atribua aos contrários ao AO sermos pessoas "com medo à mudança", quando o AO é tão velho, pelo menos, como a actual ortografia. A actual ortografia é, como dissemos, basicamente o Acordo Ortográfico de 1945, mas o AO é basicamente a ortografia brasileira de 1943 (com duas ou três "concessões" cosméticas: o trema, o "h" de "húmido", e ainda assim o AO não deixa de ser por isso também fortemente contestado no Brasil!). Qual "nova" ortografia! Fale-se das coisas como são. Se se defende a extensão da ortografia brasileira para todos os países lusófonos, diga-se com todas as letras. Não se escreva "nova" onde se deveria dizer "brasileira".

Tirando esse falacioso comparativismo histórico, nós precisamente não seríamos aqueles que defendiam na altura o uso de "pharmacia". O acordo de 1945 foi consequência da reforma de 1911, e foram ambos precisamente que acabaram com o delírio etimologista da ortografia anterior. E é a manter essa mesma posição de sensatez e de convicção na necessidade de integração racional dessas duas forças (fonética e etimologia) que devem operar na língua escrita, que, igual que nos tínhamos oposto ao delírio etimologista da ortografia do XIX, nos opomos agora ao delírio foneticista do AO.

O Acordo de 1945 representava já uma posição de equilíbrio entre essas duas forças. Eliminava as consoantes dos grupos cultos depois de "u" e "i" por exemplo, por carecerem de valor fonológico (dado que essas vogais não podem ser "abertas ou fechadas"), excepto nos raros casos em que são com efeito pronunciadas, mas mantinha-as depois de "a", "e" e "o", mesmo se não articuladas, quando possuíam valor fonológico na determinação do timbre dessas vogais. Eliminá-las todas seria o mesmo exagero que deixá-las todas.

Não há outra posição de equilíbrio, e por isso penso que o Acordo Ortográfico de 1945 não há razão nenhuma para o modificar substancialmente. Não há nenhuma razão linguística, nem cultural, nem política para considerar a reforma ortográfica uma questão urgente. Alguns meios colocam este anúncio: "Este texto está escrito ao abrigo do novo Acordo Ortográfico". Eu não sei de que apocalipse nuclear, ou

catástrofe natural nos abriga o AO. Nada de substancial mudou na língua neste tempo, e como dizíamos no começo, nada nos diz que o AO vá supor nenhuma melhora na recepção dos produtos culturais portugueses no Brasil. As produções culturais brasileiras já não tinham antes do AO nenhum problema para penetrarem nos mercados culturais dos restantes países, pelo que também não vejo qual o proveito do AO para ninguém.

O esforço despendido pelas autoridades portuguesas era melhor terem-no gasto a promover a indústria cultural. Com melhores produtos audiovisuais (e com melhor qualidade de som: com a tomada de som em directo e os actores adolescente a gaguejarem gírias bizarras não estranha que não sejam percebidos no Brasil!), melhores livros, peças de teatro etc, é mais fácil tentar penetrar no muito proteccionista meio cultural brasileiro, do que com as mesmas divagações pseudo-intelectuais de sempre envolvidas numa cópia lamentável da ortografia deles. A cultura brasileira, é preciso dizer, é muito mais viva do que a Portuguesa (como dizia Vinicius, a brasileira é a última literatura do mundo que "fala direito") e talvez se deveria tentar imitar antes estes valores do que a pior coisa que eles têm, que é a sua ortografia anti-europeia, rupturista e futurista.

O esforço despendido pelas autoridades brasileiras na implementação do AO era melhor terem-no empregado em campanhas de promoção da cultura dos restantes países lusófonos no Brasil. O Brasil pretende (e repetirei o termo "muito legitimamente") abrir-se mercados no mundo. E no mundo lusófono. Ora seria um contra-senso, e provocaria uma também "legítima" prevenção da parte dele, se pretendesse abrir esses mercados sem abrir o seu próprio mercado a ele. A política, ou antes a ideologia, brasileira é muito proteccionista em vários sentidos. O Brasil é muito grande, e pode convidar para pensar que é um mundo. Mas o mundo é um bocadinho maior. O mundo lusófono inclusive, e só abrindo-nos ao mundo podemos esperar que o mundo se abra a nós. Não são as vendas, mas as trocas, que fazem grandes as grandes economias.

Só através do convívio cultural aberto, igualitário e sossegado é que se poderá chegar, se calhar de aqui a cem ou duzentos anos (não há pressa nenhuma) a uma verdadeira ortografia unificada. Mas a condição sine qua non é a abertura de uns países a outros e a aceitação das diferenças²². Essa é premissa, e nunca vai ser a consequência, de uma verdadeira unificação ortográfica.

Eu teria defendido o uso de "pharmacia" se tivesse vivido em 1911? Se, apesar da ucronia eu continuasse a ser eu, de modo nenhum. Mas acrescentarei, contudo, que, se nalguma parte do mundo lusófono, um grupo significativo de pessoas, por um motivo qualquer, como consequência do período de ortografia etimologista, tivessem acabado por pronunciar "pharmacia" e "philosophia" como "parmacia" e "pilosophia", teria defendido então que se mantivesse a escrita com "ph" como única maneira coerente de manter a unidade da língua. Basta que uma grafia tenha um rendimento fonológico para um número significativo de falantes, para que não possa ser banida sem mais em função da pronúncia da maioria.

Teríamos que decidir o que é "um número significativo de falantes". Resulta se calhar mais fácil aceitarmos o que é uma "proporção significativa de falantes". Se bem Portugal ao lado do Brasil é, em termos de população, um anão ao pé de um gigante, o conjunto dos países lusófonos, tirando o Brasil, não é nada desprezível a respeito do conjunto dos países lusófonos com o Brasil incluso. O resto dos países representam cerca de ¼ da Lusofonia, enquanto o Brasil os ¾ restantes. Continua a ser 3 vezes o resto, mas ¼ de alguma coisa é uma proporção significativa de essa coisa. Não sei se vocês poderiam prescindir de ¼ do vosso corpo. Eu, da minha parte, não. Em língua não mandam maiorias. Mandam as soluções

²² Também das diferenças ortográficas. Eu não gosto evidentemente da ortografia brasileira, mas isso não impede que goste imenso da literatura brasileira. Quando abro um livro escrito à brasileira, se o texto me prende, a páginas tantas (Que digo! A linhas tantas...) já esqueci de que maneira ele é escrito. No dia que isso mesmo acontecer com a maior parte dos leitores brasileiros a respeito dos autores do resto dos países de língua portuguesa, a situação estará madura para nos sentarmos a falar com calma numa reforma ortográfica integradora

integradoras. A única unificação ortográfica possível não é aquela que representa a fonética maioritária²³, nem sequer aquela que representa todas as fonéticas, mas aquela que não representa nenhuma mas é compatível com todas as fonéticas.

Por isso é que eu não proponho realmente fazer nada. Bom, sim, proponho derrogar a ratificação por Portugal de todos os protocolos relativos ao AO e simplesmente continuar com a mesma ortografia que se vinha utilizando: o Acordo de 45. Sei que alguém vai dizer: já foram feitas muitas despesas, já há manuais escolares editados, já há estudantes a utilizá-lo nas aulas... Pois, mas na verdade as despesas para o acabar de implementar são bem maiores, os livros que vão ficar arrumados muitos mais, e as pessoas que vão ter que o aprender muitas mais. Resulta mais económico abandonar o AO que continuar com ele para frente. E aliás, termos dado passos no sentido errado não faz bom o caminho.

Mas se o que se quer perguntar com este épigrafe é o que acho que se devia de fazer para chegarmos algum dia a uma autêntica unificação ortográfica, já o disse acima:

- Portugal deveria ocupar-se tão a sério da Lusofonia como a França com a Francofonia, sem nenhum melindre de neo-colonialismo ou coisa do género (há países que nunca foram colonizados pela França e que querem fazer parte da Francofonia, como a Guiné-Bissau ou a Guiné Equatorial).
- Essa promoção deve ir além mesmo do linguístico e do cultural. O factor língua deve ser um factor de cooperação económica e desenvolvimento. Colaborar ao desenvolvimento desses países é colaborar ao alargamento do próprio mercado.
- Nessa Commonwealth lusófona o Brasil deveria ter um papel proeminente, mas sempre em troca de abrir os seus mercados (culturais, económicos e laborais) aos outros países lusófonos, evitando

²³ Vão-me dizer que isso não acontece no Ao, pois contempla as divergências nas pronúncias a través do que se denomina de "grafias duplas". Para além de que, então, isso não é unificação ortográfica nenhuma, é claro que há imposição da pronúncia maioritária (a brasileira). Para o ocultar é que se cria toda essa extravagante justificação de que os cês e pêis eliminados não abrem as vogais anteriores. Porque isso é precisamente o que não acontece na pronúncia brasileira. Eles primeiro estabelecem o que são ou não são pronúncias registáveis, e depois, dentro das registáveis, a tautologia é imediata: todas as registáveis se podem registar! Então parece tudo muito igualitário: quando se pronuncia uma consoante em Portugal, escreve-se em Portugal. Quando se pronuncia no Brasil, escreve-se no Brasil. Mesmo nalguns casos (e por que não em todos?) um português ou brasileiro pode escolher entre uma ou outra prática quando ambas se registam no seu território. Claro que isso é partindo da base de que "ec" pode soar apenas "ek" mas não "é aberto". Essa forma de pronunciar "ec" é sacrificada à pronúncia maioritária. Ao que parece essa pronúncia de "ec" "não é pronúncia". Eis a Declaração Universal dos Direitos Humanos do KKK: "Artigo 1º: Todos os seres humanos nascem livres e iguais. Artigo 2º: Os judeus, os pretos e os ciganos não são seres humanos". A uma unificação ortográfica devemos exigir: a) que seja compatível com todas as pronúncias significativas, mas também b) que seja uma unificação. A de 45 cumpria ambos os requerimentos. Esta, nem cumpre o segundo nem também o primeiro, porque não se podem representar todas as pronúncias ao mesmo tempo. A única forma de as representar todas é não representar nenhuma. Utilizar uma ortografia que não possa ser interpretada de forma literal em lado nenhum. Porque, aliás, qual grafia atribuir, então, aos milhões de lusófonos que não têm o português como primeira língua, mas como língua de cultura? (Uma grande parte de aqueles dos países africanos e o Timor). Vão ser distribuídos de forma proporcional: vocês vão ser portugueses que dizem "contacto", vocês portugueses que dizem "contato", essoutros brasileiros que dizem "fletir" e aqueles além brasileiros que dizem "flectir"...? Uma norma deve ser, antes que um reflexo da pronúncia dos falantes de hoje, um modelo para a escrita dos falantes de amanhã, pronunciem a língua como a pronunciarem. E se tentarmos seguir dois modelos ao mesmo tempo corremos risco de ficar zarolhos. É como se o código da estrada "unificado" de Inglaterra e os EUA estabelecesse: "pode-se circular, quer pela esquerda, quer pela direita segundo se vir fazer à maior parte dos utentes que circulam pela via..."

relacionamentos assimétricos em função dos tamanhos. Evitando também um relacionamento bilateral com cada um deles (em que sempre a diferença de capacidades deixaria o pequeno nas mãos do grande) mas integrando-se numa forma de relacionamento comunitário com o conjunto.

- Nesse sentido o Brasil deveria promover a difusão de produtos culturais dos outros países lusófonos na sua forma original, e não adaptados à norma brasileira, igual que os produtos culturais brasileiros são já consumidos em todos eles na sua forma original.

- Esta Lusofonia unida, dotada de organismos internacionais paritários, com a força da sua unidade, do seu peso demográfico e do seu poder político e económico conjunto, é que deveria, como um todo, exigir a todas as instituições internacionais o uso do português como língua de trabalho, não importa em que modalidade da língua. Na OEA terá de ser logicamente a brasileira, na UE e na UA logicamente a norma lusitana. Na ONU a que quiserem. Não quero é que milhões de pessoas tenham que mudar uma ortografia de milhares de anos só para que um funcionário desse organismo não tenha que fazer duas fotocópias (ou melhor uma fotocópia e uma xerocópia) de um mesmo documento.